

Revista Longeviver

Edital Acadêmico de
Pesquisa Envelhecer
com Futuro
5ª edição



Sumário

Apresentação	01
<i>Beltrina Côrte</i>	
<i>Celina Dias Azevedo</i>	
Artigos	
Panorama científico das redes de suporte social de pessoas idosas LGBTQIA+: o que a produção científica revela?	04
<i>Camila Rocha Ferreira</i>	
<i>Desiree Rodrigues da Veiga</i>	
<i>Marisa Accioly Rodrigues da Costa Domingues</i>	
<i>Flávio Rebustini</i>	
Das marcas (in)visíveis à voz que resiste: envelhecimento, interseccionalidade e educação em saúde entre mulheres pretas, idosas e nordestinas	13
<i>Thiago Medeiros da Costa Daniele</i>	
<i>Larissa Oliveira Nascimento</i>	
<i>Diana Maria Bezerra Vieira</i>	
<i>Leticia de Araújo Moura</i>	
A mobilidade territorial como dimensão do acesso no envelhecimento na roça: entre a permanência e os deslocamentos para a cidade	21
<i>Fernanda de Deus Junqueira</i>	
Palavras de um pajé sobre o envelhecimento indígena: o protagonismo, os desafios e as ameaças do envelhecimento entre o povo Aikewara	27
<i>Amoneté Suruí</i>	
<i>Leonardo Silveira Santos</i>	
<i>Natália Karina Nascimento da Silva</i>	
<i>Tatiane Bahia do Vale Silva</i>	
Identidade relacional na velhice: narrativas de mulheres idosas sobre si e os que as cercam	36
<i>Maria Luiza Viana de Aquino</i>	
Envelhecer trabalhando: quem são os idosos que permanecem no mercado de trabalho brasileiro?	45
<i>Larissa Oliveira Franca Santos</i>	

Por que precisamos saber não apenas onde o calor vai chegar, mas quem ele vai atingir <i>Marcos Eduardo Miranda Santos</i> <i>Camila Nascimento Ferreira</i> <i>Kelly Fernanda de Sousa Santos</i> <i>Liliane do Socorro Almeida Alves</i>	52
Caminhos para o letramento digital da pessoa idosa no Brasil contemporâneo: orientações a partir da literatura <i>Lorena dos Santos Rodrigues</i>	60
Desastres climáticos: histórias que ainda precisam ser contadas sobre a (des) proteção da população 60+ <i>Michelle Bertóglia Clos</i>	67
Publicar não basta: atas, transparência e controle social nos Fundos da Pessoa Idosa <i>Cícero C Belchior</i>	73

Apresentação

É com grande satisfação que a revista *Longeviver* e o *Portal do Envelhecimento* apresentam esta edição dedicada aos artigos oriundos das pesquisas contempladas pelo **Editais Acadêmicos Envelhecer com Futuro - 2026**. A coletânea reúne investigações que tensionam os conceitos tradicionais sobre a velhice no Brasil, abordando a complexidade do envelhecimento a partir de marcadores como raça, gênero, orientação sexual, territorialidade, emergência climática e governança pública. Ou seja, esta edição trata da diversidade, território e direitos.

A seguir, apresentamos a síntese dos dez artigos que compõem este número:

Panorama científico das redes de suporte social de pessoas idosas LGBTQIA+: o que a produção científica revela? O artigo oferece um mapeamento bibliométrico da produção científica internacional sobre as redes de suporte social de idosos LGBTQIA+ na base Scopus. Analisando 371 estudos recuperados desde 1983, os autores evidenciam um crescimento expressivo das publicações a partir de 2013, intensificando-se entre 2020 e 2026. Contudo, a produção permanece altamente concentrada em países do Hemisfério Norte (liderados por EUA e Canadá), com reduzida participação da América Latina (apenas dois estudos com correspondência no Brasil). A pesquisa assinala a urgência de fortalecer a Gerontologia LGBT nacional, compreendendo as dinâmicas das "famílias de escolha" e as especificidades do suporte social em um contexto atravessado por vulnerabilidades históricas e pela busca de direitos.

Das marcas (in)visíveis à voz que resiste: envelhecimento, interseccionalidade e educação em saúde entre mulheres pretas, idosas e nordestinas - A partir de uma abordagem qualitativa e participativa conduzida com 19 idosas na Comunidade do Dendê, em Fortaleza (CE), o estudo analisa as intersecções de raça, gênero, idade e classe no envelhecimento periférico. Os autores identificam um padrão analítico denominado "negação com evidência": a tendência inicial das participantes de negar episódios de preconceito, seguida por relatos factuais detalhados de sexismo no trabalho, discriminação etária no transporte público e racismo estrutural. O artigo propõe a educação em saúde como uma prática de reconhecimento interseccional e destaca a construção coletiva de um manual comunitário de cuidado e resistência para a atenção básica.

A mobilidade territorial como dimensão do acesso no envelhecimento na roça: entre a permanência e os deslocamentos para a cidade - Inserido na pesquisa sobre os modos de viver de idosos rurais no Sertão Sudoeste Baiano (Candiba/BA), o texto analisa a mobilidade territorial entre o campo e a cidade como elemento estruturante do acesso aos serviços públicos. Por meio de

entrevistas narrativas, a autora demonstra que, embora o avanço dos meios de transporte e de comunicação tenha facilitado o deslocamento em relação a décadas passadas, persistam barreiras econômicas e uma forte dependência de redes de apoio familiares para custear ou realizar o transporte até os centros urbanos. O estudo defende o "direito de permanecer" na roça, exigindo que as políticas públicas alcancem o território sem forçar o desraizamento.

Palavras de um pajé sobre o envelhecimento indígena: o protagonismo, os desafios e as ameaças do envelhecimento entre o povo Aikewara - O artigo traz os saberes e as percepções do pajé Okonoti, da aldeia Yetá (Terra Indígena Sororó/PA), acerca do papel dos anciãos Aikewara. Em diálogo com autores indígenas como Ailton Krenak, Márcia Kambeba e Joséphine Bacon, a pesquisa mostra que o envelhecimento na comunidade não é meramente biológico, mas a condição central para a transmissão de rituais (como a Festa do Sapurahai), práticas de caça e medicina tradicional. O relato alerta para as ameaças contemporâneas a esse papel, como o desinteresse dos mais jovens diante do impacto das tecnologias e a introdução de doenças crônicas advindas do contato com a sociedade não indígena.

Identidade relacional na velhice: narrativas de mulheres idosas sobre si e os que as cercam - Contrapondo-se ao imaginário social que reduz a velhice às perdas e limitações do corpo, o artigo analisa de que forma mulheres idosas em Fortaleza (CE) constroem seus discursos identitários. A autora observa que, ao responderem quem são, as participantes incorporam espontaneamente filhos, netos, amigas e grupos de convivência em suas falas. Essa apropriação dos recursos e das redes interpessoais não se configura como dependência ou falta de autonomia, mas como uma "identidade relacional", na qual a existência individual ganha sentido através das conexões e das práticas do cotidiano compartilhado.

Envelhecer trabalhando: quem são os idosos que permanecem no mercado de trabalho brasileiro? - Com base nos microdados da PNAD Contínua de 2025, o artigo traça o perfil dos trabalhadores com 60 anos ou mais no Brasil. A análise revela que a participação laboral na velhice está concentrada na faixa de 60 a 64 anos e é profundamente heterogênea. As disparidades de escolaridade, posição na ocupação (formal versus informal) e grandes grupos ocupacionais são fortemente marcadas por gênero e raça. Enquanto as mulheres idosas apresentam médias de anos de estudo superiores às dos homens, os trabalhadores negros idosos registram as menores médias de escolaridade e maior presença em postos manuais e informais, demonstrando que as desigualdades do curso de vida se perpetuam no trabalho tardio.

Gerontologia climática: por que precisamos saber não apenas onde o calor vai chegar, mas quem ele vai atingir - Apresentando os fundamentos do projeto *ClimaSênior*, o texto introduz o conceito de "Gerontologia Climática" para abordar os impactos do calor extremo sobre a população idosa. Os autores argumentam que os desastres térmicos atuam como emergências silenciosas que descompensam condições clínicas pré-existentes. O artigo detalha a construção do Índice de Vulnerabilidade Climática (que articula dados meteorológicos do Inmet, assistenciais do DataSUS e demográficos do IBGE). A

proposta busca prever com três dias de antecedência a pressão sobre os serviços de saúde, permitindo ações preventivas direcionadas aos idosos mais vulneráveis.

Caminhos para o letramento digital da pessoa idosa no Brasil contemporâneo: orientações a partir da literatura - Fundamentando-se na andragogia, na geragogia crítica e na pedagogia libertadora de Paulo Freire, o artigo sistematiza seis orientações pedagógicas para a elaboração de programas de inclusão digital para a pessoa idosa. A autora defende que o aprendizado deve partir das intenções do cotidiano e ser realizado, idealmente, nos próprios aparelhos dos alunos. O texto ressalta que o letramento digital precisa superar a mera instrução operacional do smartphone para abranger o pensamento crítico, a prevenção contra fraudes e a promoção da autonomia, avaliando o sucesso do ensino pela capacidade de decisão da pessoa idosa no ambiente virtual.

Desastres climáticos: histórias que ainda precisam ser contadas sobre a (des) proteção da população 60+ - A partir do acompanhamento pós-desmobilização do "Abrigo Emergencial 60+", criado durante as enchentes no Rio Grande do Sul em maio de 2024, o estudo qualitativo mapeou o destino de 56 idosos acolhidos. O mapeamento revelou que 21,4% foram encaminhados a ILPIs, 21,4% retornaram a moradias em áreas de risco por falta de alternativas, 25% não foram localizados e uma parcela continuou em situação de extrema vulnerabilidade. Através do relato detalhado da visita a um dos abrigados, a autora discute as falhas na execução dos auxílios governamentais e a descontinuidade da proteção social, que deixou a sobrevivência desses sujeitos dependente da solidariedade comunitária.

Publicar não basta: atas, transparência e controle social nos Fundos da Pessoa Idosa - O artigo analisa o papel da documentação oficial e das atas do Conselho Municipal da Pessoa Idosa (COMID) de Vitória (ES) na garantia da transparência e do controle social sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDI). Comparando reuniões de diferentes períodos (2020 e 2026), o autor aponta variações na densidade informacional dos registros. Ele demonstra que a mera publicação de que um relatório financeiro foi "apresentado" não garante a *accountability*, e propõe critérios práticos para redação de atas que efetivamente preservem a rastreabilidade e a lógica das decisões orçamentárias.

Desejamos a todas e todos uma leitura enriquecedora e inspiradora!

Boa leitura!

Beltrina Côrte e Celina Dias Azevedo (editoras)



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Panorama científico das redes de suporte social de pessoas idosas LGBTQIA+: o que a produção científica revela?

Camila Rocha Ferreira

Desiree Rodrigues da Veiga

Marisa Accioly Rodrigues da Costa Domingues

Flávio Rebutini

Introdução

O envelhecimento populacional é um dos fenômenos mais marcantes do nosso tempo e traz consigo a necessidade urgente de olhar para grupos que historicamente ficaram à margem das políticas públicas e da produção científica sobre a velhice. Entre eles estão as pessoas idosas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e de outras identidades de diversidade sexual e de gênero (LGBTQIA+), cujas trajetórias de vida costumam ser atravessadas por estigma, discriminação e rupturas familiares que se acumulam ao longo dos anos (Fredriksen-Goldsen et al., 2017; Henning, 2020).

Ferreira, Matos e Domingues (2023) apontam que até poucas décadas atrás muitas pessoas LGBTQIA+ sequer alcançavam a velhice, em razão da intensa exclusão social, da violência e das desigualdades que marcaram suas trajetórias de vida. Embora esse cenário tenha se transformado gradualmente, persistem vulnerabilidades que acompanham esse grupo ao longo do curso da vida. Além disso, o envelhecimento da população LGBTQIA+ apresenta especificidades que nem sempre são observadas entre pessoas heterossexuais e cisgênero, principalmente porque envolve duas fontes que podem desencadear vulnerabilidades: o envelhecer e a orientação sexual e identidade de gênero.

Embora avanços importantes tenham sido conquistados nas últimas décadas no reconhecimento dos direitos da população LGBTQIA+, como a ampliação da proteção jurídica contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, o reconhecimento das uniões homoafetivas e do casamento civil pelo Supremo Tribunal Federal, a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), bem como o aumento da visibilidade social e da produção científica sobre as especificidades do envelhecimento dessa

população, tais conquistas ainda não foram suficientes para eliminar as desigualdades estruturais que permeiam o acesso aos serviços de saúde e de assistência social. Como resultado, pessoas idosas LGBTQIA+ continuam enfrentando barreiras institucionais, experiências de discriminação e dificuldades para acessar serviços acolhedores e culturalmente competentes, fatores que impactam diretamente a constituição, a manutenção e a disponibilidade de suas redes de apoio ao longo do curso da vida (BRASIL, 2013; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011; Fredriksen-Goldsen et al., 2017).

A rede de suporte social diz respeito ao conjunto de relações (familiares, de amizade, comunitárias e institucionais) capazes de oferecer apoio emocional, prático e afetivo diante das demandas do dia a dia (Cobb, 1976; Sluzki, 1997). Na velhice, essas redes são fundamentais para a qualidade de vida, a autonomia e a saúde mental. No entanto, pessoas idosas LGBTQIA+ frequentemente constroem redes de apoio diferentes das observadas na população heterossexual e cisgênero: muitas vezes marcadas por rompimentos familiares, é comum que a chamada “família de escolha”, formada por amigos e pela comunidade, assume um papel central nesse apoio (de Vries; Croghan, 2014).

No Brasil, esse debate ainda é recente, embora a temática da velhice LGBTQIA+ já seja objeto de estudo nos Estados Unidos há cerca de meio século, dando origem a um campo reconhecido como “Gerontologia LGBT” (Henning, 2020). Estudos nacionais (Crenitte, Miguel, Filho, 2019; Ferreira, Matos, Domingues, 2024) reforçam que essa população enfrenta especificidades importantes no processo de envelhecer, muitas vezes acumulando experiências de preconceito, isolamento social e barreiras de acesso à saúde, reforçando a urgência de ampliar a produção científica sobre o tema também a partir de metodologias afirmativas.

Nesse sentido, destaca-se ainda o trabalho de Ribeiro e Borges (2025), que discute as especificidades do envelhecimento de homens cisgêneros gays, evidenciando como pressões estéticas, vulnerabilidades de saúde específicas e o acúmulo de experiências de preconceito ao longo da vida moldam esse processo particularmente.

Apesar do interesse crescente por esse tema, a produção científica sobre redes de suporte de idosos LGBTQIA+ ainda está dispersa entre diferentes áreas: Gerontologia, Saúde Coletiva, Psicologia, Serviço Social, dificultando uma visão de conjunto. Diante disso, este artigo apresenta um panorama construído a partir de um mapeamento bibliométrico da produção científica internacional sobre o tema, com o objetivo de mostrar como essa pesquisa vem evoluindo, quais países estão mais envolvidos e quais lacunas ainda merecem atenção, informações que podem orientar tanto futuras pesquisas quanto políticas públicas voltadas a um envelhecimento mais justo e inclusivo (Ferreira, Matos, Domingues, 2023).

Neste estudo, a bibliometria foi utilizada como estratégia metodológica para analisar a produção científica sobre o envelhecimento da população LGBTQIA+, conforme detalhado a seguir (Araújo, 2006; Donthu et al., 2021).

O que é bibliometria

Antes de apresentar os dados coletados, vale explicar brevemente o que é uma análise bibliométrica. A bibliometria é um método de pesquisa que utiliza indicadores quantitativos para compreender como determinado tema vem sendo investigado pela comunidade científica. Em vez de analisar cada estudo individualmente, como ocorre em uma revisão tradicional da literatura, esse método permite examinar o conjunto das publicações e identificar tendências, padrões e lacunas do conhecimento (Araújo, 2006; Alvarado, 2007).

Em outras palavras, a bibliometria funciona como um retrato da produção científica sobre um determinado assunto. Ela permite visualizar não apenas quantos estudos foram publicados, mas também quando esse interesse começou a crescer, quem são os pesquisadores e instituições mais atuantes, quais países lideram a produção científica e quais temas têm recebido maior atenção ao longo do tempo (Araújo, 2006).

Essa abordagem demonstra-se particularmente relevante por evidenciar o estágio de consolidação do tema e por fornecer subsídios para a definição de agendas científicas futuras. Além disso, a produção do conhecimento exerce papel fundamental na formulação de políticas públicas, na qualificação das práticas profissionais e no planejamento de estratégias de cuidado voltadas às necessidades da população idosa (BRASIL, 2021; Camarano, Kanso, 2023; Ferreira; Matos; Domingues, 2024).

Nesse contexto, quando determinados grupos permanecem sub-representados na literatura científica, como frequentemente ocorre com as pessoas idosas LGBTQIA+, suas demandas, vulnerabilidades e potencialidades tendem a permanecer invisibilizadas, dificultando o desenvolvimento de intervenções, serviços e políticas capazes de promover um envelhecimento digno, inclusivo e equitativo (Veras; Oliveira, 2018; Brasil, 2021; Ferreira, Matos, Domingues, 2024).

Como foi feita a busca

Para realizar este estudo, utilizamos a base de dados Scopus, uma das maiores e mais reconhecidas fontes de literatura científica internacional. A escolha dessa base também permite manter a comparabilidade com pesquisas anteriores desenvolvidas pelo nosso grupo, garantindo maior consistência metodológica.

A estratégia de busca foi elaborada a partir da combinação de três grandes eixos temáticos: pessoas idosas, diversidade sexual e de gênero e redes de suporte social. Não foram estabelecidas restrições quanto ao idioma ou ao período de publicação, com o objetivo de incluir tanto os estudos pioneiros quanto as pesquisas mais recentes sobre o tema.

A busca foi realizada em 20 de julho de 2026, utilizando a seguinte estratégia: TITLE-ABS-KEY (("older adult*" OR "elderly" OR "aging population" OR "older people" OR "geriatric") AND ("LGBT*" OR "LGBTQIA*" OR "gay" OR "lesbian" OR "bisexual" OR "transgender" OR "transsexual" OR "sexual and gender minorit*" OR "sexual orientation"

OR “gender identity” OR “queer”) AND (“social support network*” OR “social support” OR “support network*” OR “family of choice” OR “social capital”).

Principais achados

Seleção dos estudos

A busca identificou 406 estudos. Como esse conjunto inicial ainda poderia incluir publicações que não respondiam ao objetivo da pesquisa (por exemplo, estudos com populações mais jovens ou que abordavam temas sem relação direta com as redes de suporte social), todos os registros foram analisados individualmente por meio da leitura dos títulos e dos resumos.

Nessa etapa, 33 estudos foram excluídos por não abordarem pessoas idosas. Em seguida, foi realizada a identificação de possíveis registros duplicados, ou seja, estudos que apareciam mais de uma vez na base de dados, seja por falhas de indexação, seja por diferentes versões da mesma publicação. Foram encontrados e removidos dois registros duplicados, resultando em um conjunto final de 371 estudos, que constituíram a base das análises bibliométricas apresentadas neste trabalho.

Todo o processo de seleção dos estudos está ilustrado na Figura 1, permitindo visualizar, resumidamente, as etapas percorridas até a definição da amostra final.

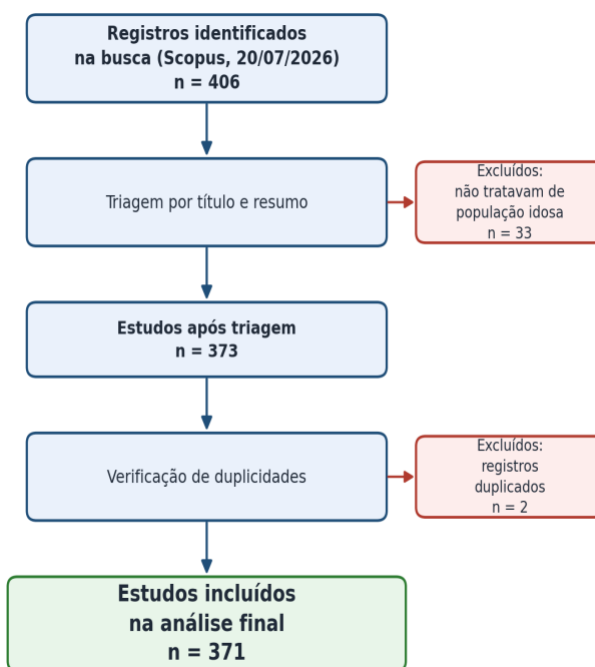


Figura 1 - Fluxo de seleção dos estudos incluídos na análise.

Evolução das publicações ao longo do tempo

O estudo mais antigo identificado foi publicado em 1983, no entanto, durante mais de duas décadas, a produção científica sobre o tema permaneceu bastante limitada, com poucos trabalhos publicados a cada ano. Esse cenário começou a mudar a partir de 2013, quando o interesse da comunidade científica passou a crescer consistentemente. O aumento das publicações tornou-se ainda mais expressivo nos últimos anos. Entre 2020 e 2026, foram publicados 176 dos 371 estudos analisados, correspondendo a aproximadamente 47% de toda a produção científica identificada.

Esses dados revelam que o interesse pelas redes de suporte social de pessoas idosas LGBTQIA+ é relativamente recente. Porém, vem se consolidando rapidamente, refletindo uma preocupação crescente da ciência com as diferentes formas de envelhecer e com a necessidade de produzir conhecimentos que subsidiem políticas públicas e práticas de cuidado mais inclusivas.

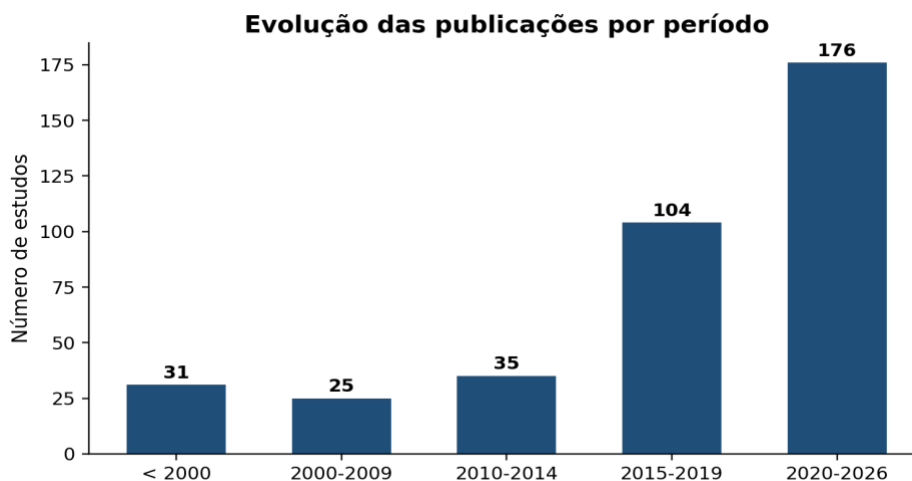


Gráfico 1 - Evolução das publicações por período (n = 371).

Países que mais publicam sobre o tema

A produção científica sobre as redes de suporte social de pessoas idosas LGBTQIA+ está concentrada em um número reduzido de países. Considerando o país do autor correspondente (disponível em 291 dos 371 estudos), os Estados Unidos e o Canadá lideram com ampla vantagem, seguidos pelo Reino Unido, Austrália e Espanha. Cerca de 13,5% dos estudos envolveram coautoria entre pesquisadores de diferentes países. Em contraste, a participação da América Latina ainda é bastante limitada: apenas dois estudos têm autor correspondente no Brasil.

Esse cenário evidencia a necessidade de ampliar a produção científica na região e reforça a importância de pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro. Estudos nacionais, como os de Ferreira, Matos e Domingues (2023, 2024) e o levantamento do Cebap em parceria com o Itaú Viver Mais (2024), são fundamentais para compreender

as especificidades sociais, culturais e institucionais que influenciam as experiências de envelhecimento da população LGBTQIA+, contribuindo para a formulação de políticas públicas e estratégias de cuidado mais sensíveis às realidades locais.

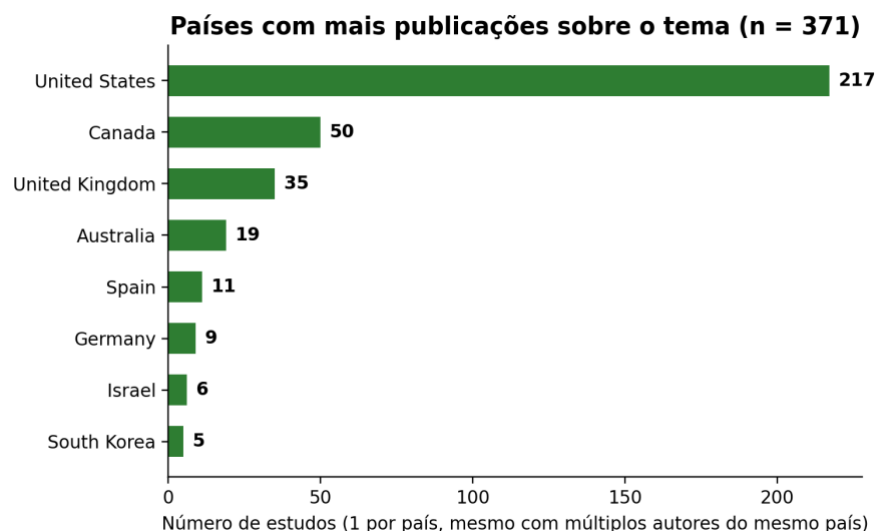


Gráfico 2 - Países com mais publicações sobre o tema (por país do autor correspondente).

Duas lacunas se destacam neste panorama: a quase ausência de estudos latino-americanos e a concentração da produção quase exclusivamente na Gerontologia, com pouco diálogo com outras áreas como Serviço Social, Saúde Coletiva, entre outras.

Considerações finais

Mapear como a produção científica aborda as redes de suporte social de pessoas idosas LGBTQIA+ representa um passo fundamental para dar visibilidade a uma população que, por décadas, permaneceu à margem das pesquisas, das políticas públicas e das estratégias de cuidado. Ao revelar quem produz conhecimento e, sobretudo, quais lacunas ainda persistem, este estudo evidencia que o envelhecimento de pessoas LGBTQIA+ começa a ocupar espaço na agenda científica internacional, embora desigualmente entre os diferentes países. Os resultados reforçam a necessidade de ampliar e diversificar as investigações sobre o tema, especialmente no contexto brasileiro e latino-americano, onde a produção científica ainda é incipiente.

Como foi apontado por Ferreira, Matos e Domingues (2023), produzir evidências sobre as experiências, vulnerabilidades, redes de apoio e estratégias de enfrentamento dessa população é essencial para subsidiar a formulação de políticas públicas, qualificar a organização das redes de saúde e assistência social, além de orientar práticas profissionais mais inclusivas, culturalmente sensíveis e baseadas nos direitos humanos. Em um cenário de rápido envelhecimento populacional, reconhecer a diversidade das velhices significa reconhecer que pessoas idosas LGBTQIA+ possuem trajetórias, necessidades e formas de apoio que nem sempre são contempladas pelos modelos tradicionais de cuidado. Fortalecer esse campo de pesquisa contribui não apenas para

ampliar o conhecimento científico, mas também para promover um envelhecimento com mais equidade, dignidade, respeito à diversidade e garantia de direitos para todas as pessoas.

Referências

ALVARADO, Rubén Urbizagástegui. A bibliometria: história, legitimação e estrutura. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (org.). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 185–217.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11–32, jan./jun. 2006.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Diagnóstico Nacional dos Direitos Humanos da População LGBTQIA+**. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação — CNCD/LGBT. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 dez. 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.277/DF e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132/RJ**. Reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Brasília, DF, 5 de maio de 2011.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2023.

CEBRAP; ITAÚ VIVER MAIS. **Envelhecimento e cuidado LGBT+** [livro eletrônico]. Coordenação: Priscila Vieira. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), 2024. ISBN 978-65-86362-33-6.

COBB, S. Social support as a moderator of life stress. **Psychosomatic Medicine**, v. 38, n. 5, p. 300–314, 1976.

CRENITTE, M. R. F.; MIGUEL, D. F.; FILHO, W. J. Abordagem das peculiaridades da velhice de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. **Geriatrics, Gerontology and Aging**, v. 13, n. 1, p. 50–56, 2019.

DE VRIES, B.; CROGHAN, C. F. Similarities and differences in the aging, life course, and life stories of older LGBT adults. **Journal of Gerontological Social Work**, v. 57, n. 2-4, p. 90–96, 2014.

DONTHU, N. et al. How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 133, p. 285–296, 2021.

FERREIRA, Camila Rocha; MATOS, Germanne Patricia Nogueira Bezerra Rodrigues; DOMINGUES, Marisa Accioly Rodrigues da Costa. Narrativas LGBTQIAPN+: “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte.” **Revista Longeviver**, São Paulo, ano V, n. 20, p. 73–81, out./nov./dez. 2023.

FERREIRA, Camila Rocha; MATOS, Germanne Patricia Nogueira Bezerra Rodrigues; DOMINGUES, Marisa Accioly Rodrigues da Costa. Intergeracionalidade, representações sociais e velhices LGBTQIAPN+: visão geral e contribuições de uma revisão de escopo. In: **Envelhecer Com Futuro**. São Paulo: Portal do Envelhecimento e Longeviver; Itaú Viver Mais, 2024. v. 2.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. I. et al. Physical and mental health of transgender older adults: An at-risk and underserved population. **The Gerontologist**, v. 57, n. 3, p. 559–571, 2017.

HENNING, C. E. O luxo do futuro: idosos LGBT, teleologias heteronormativas e futuros viáveis. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 35, p. 135–158, 2020.

RIBEIRO, Willy Nunes; BORGES, Flávio Adriano. Um olhar sobre o processo de envelhecimento de homens cisgêneros gays. **Revista Longeviver**, São Paulo, ano 7, n. 30, p. 45–51, out./dez. 2025.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

VERAS, Renato P.; OLIVEIRA, Martha. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1929–1936, 2018.

Data de recebimento: 30/08/2026; Data de aceite: 30/08/2026

Camila Rocha Ferreira - Graduada em Serviço Social na Universidade Cruzeiro do Sul (2004), onde foi bolsista (CNPQ) e do Programa de Iniciação Científica da própria Universidade; Aprimoramento Profissional em Serviço Social Hospitalar (2006), onde foi bolsista FUNDAP; Pós-graduada em: Organização e Gestão de Políticas Sociais FMU (2008); Psicopatologia e Saúde Pública - USP (2012) e Gestão de Redes de Atenção à Saúde, Fiocruz (2017). Assistente Social na Saúde Pública em SP desde 2009. Mestra (2024) e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), integrante

do Grupo de Pesquisa Envelhecimento, Rede de Suporte Social e Políticas Públicas (ENREPO). Gestora na Saúde Pública. Especialista em Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). E-mail: camilarochaoliveira@usp.br

Desiree Rodrigues da Veiga - Graduada em Educação Física (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade São Judas Tadeu (2006); especialista em Reabilitação Cardíaca e Condicionamento de Grupos Especiais pela FMU (2007) e em Psicologia do Esporte pela Universidade Estácio de Sá (2020). Formação em Pesquisa Clínica (PPCR) pela Harvard T.H. Chan School of Public Health (2024). Mestra (2023) e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Atuou como Supervisora na Wellness Qualidade de Vida e por 10 anos na Hapvida NotreDame Intermédica como profissional de educação física na medicina preventiva. Atualmente, é membro da equipe multidisciplinar do Check-up do Hospital Israelita Albert Einstein e orientadora educacional de práticas presenciais da Universidade Estácio de Sá no curso de graduação em educação física.

Prof. Dr^a Marisa Accioly Rodrigues da Costa Domingues - Doutora e Mestra em Saúde Pública pela USP, Assistente Social e Especialista em Gerontologia pela SBGG. Docente da Graduação e do Programa de Pós-graduação em Gerontologia da EACH-USP, desenvolve pesquisas nas áreas de envelhecimento, suporte social e políticas públicas para a pessoa idosa. Participa de grupos de pesquisa nacionais e internacionais e atua como pesquisadora no Hospital-dia Geriátrico do HC-FMUSP. Atualmente, é vice-coordenadora do curso de Graduação em Gerontologia da EACH-USP, presidente da Comissão de Bolsas CAPES do Programa de Pós-graduação em Gerontologia e conselheira do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de São Paulo (2025–2027).

Prof. Dr. Flávio Rebustini - Pós-doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias (UNESP) e em Psicometria (Université du Québec à Trois-Rivières, Canadá). Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologia, mestre em Ciências da Motricidade e graduado em Educação Física. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da EACH-USP desde 2017, atua nas áreas de análise de dados, psicometria, psicologia do esporte, envelhecimento e validação de instrumentos. Possui experiência em gestão universitária, tendo exercido o cargo de reitor da UNIABC entre 2008 e 2010.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Das marcas (in)visíveis à voz que resiste: envelhecimento, interseccionalidade e educação em saúde entre mulheres pretas, idosas e nordestinas

Thiago Medeiros da Costa Daniele

Larissa Oliveira Nascimento

Diana Maria Bezerra Vieira

Leticia de Araújo Moura

A invisibilidade dos saberes de mulheres pretas, idosas e nordestinas reproduz desigualdades históricas e impede que políticas públicas de saúde e cuidado alcancem quem mais precisa. Escutar essas mulheres, sem tomar o silêncio sobre o preconceito como ausência de sofrimento, é o primeiro passo para qualificar a educação em saúde.

Introdução

O envelhecimento populacional brasileiro deixou de ser uma projeção estatística para se tornar realidade consolidada, e repleta de necessidades e contextualizações específicas. Esse fenômeno, contudo, não atinge igualmente todos os grupos sociais: envelhece-se de modos distintos a depender do gênero, da raça, da renda e do território em que se vive, de modo que a sobreposição dessas categorias produz trajetórias de vida marcadas por desigualdades acumuladas (Macinko et al., 2012; Barbosa et al., 2019). Entre os grupos historicamente invisibilizados pelas políticas públicas de saúde e de educação, destacam-se as mulheres pretas, idosas, nordestinas e periféricas, cujas trajetórias são atravessadas pela sobreposição de racismo, sexismo, idadismo e exclusão territorial, não como eventos isolados, mas como estrutura que organiza, ao longo de toda a vida, o acesso ou a negação a direitos básicos.

Este artigo nasce da escuta continuada de mulheres pretas e idosas, etapa integrante de um projeto de pesquisa mais amplo voltado à compreensão das desigualdades vivenciadas por essa população, especialmente no que se refere ao trabalho, ao corpo e às relações sociais ao longo do curso de vida. Não se trata de reduzir essas mulheres a categorias analíticas ou a indicadores de vulnerabilidade; trata-se de reconhecer, em suas próprias palavras, histórias reais atravessadas por silêncios impostos, pela negação de oportunidades e por formas de resistência cotidiana.

O problema que orienta esta reflexão pode ser assim formulado: como se expressam, na fala dessas mulheres, as marcas do preconceito racial, etário e de gênero, e que

implicações essas marcas têm para a construção de práticas de educação em saúde mais justas e sensíveis à interseccionalidade? Parte-se do pressuposto de que o silêncio, a não compreensão ou a negação explícita de ter sofrido preconceito, recorrente nas falas analisadas, não indica ausência de discriminação, mas antes um modo de lidar simbolicamente com uma opressão estrutural naturalizada ao longo da vida (Kilomba, 2019; Bento, 2022). Assim, este estudo tem como objetivo apresentar um esboço de quem são essas mulheres, discutir como o preconceito interseccional se manifesta, muitas vezes de forma velada, em suas trajetórias, e situar a educação em saúde como ferramenta necessária de reconhecimento, formação profissional e transformação social.

Percorso Metodológico

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório e participativo, cuja abordagem se fundamenta na compreensão da metodologia como caminho do pensamento e da prática voltado à construção da realidade social do grupo investigado (Minayo, 2010). A opção pelo método qualitativo justifica-se por sua adequação à apreensão de significados, motivos, crenças e valores que não se reduzem a mensurações quantitativas, permitindo desvelar processos sociais pouco conhecidos e dar voz aos próprios sujeitos investigados (Bogdan; Biklen, 1994; Minayo, 2010).

O estudo foi realizado junto a mulheres pretas e idosas moradoras da Comunidade do Dendê, no bairro Edson Queiroz, na cidade de Fortaleza (CE), território caracterizado por baixa renda, infraestrutura urbana precária e acesso limitado a serviços básicos de saneamento, transporte e saúde. Os encontros ocorreram em espaço reservado e culturalmente significativo para as participantes, vinculado a um núcleo de fortalecimento e promoção da saúde que oferece práticas corporais supervisionadas e rodas de conversa.

Participaram do estudo mulheres com idade igual ou superior a 60 anos, nascidas em estados nordestinos, moradoras da comunidade há mais de dez anos, autodeclaradas pretas, com saúde mental adequada para responder à pesquisa e que consentiram formalmente em participar de todas as etapas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídas mulheres com idade inferior a 60 anos, com limitação cognitiva relevante para responder as entrevistas ou que não desejassem participar do estudo. O quantitativo de participantes (19 mulheres, organizadas em dois grupos focais) foi definido com base em critérios de saturação e de suficiência informacional discutidos na literatura metodológica sobre pesquisa qualitativa (Guest; Bunce; Johnson, 2006; Malterud; Siersma; Guassora, 2016).

Foram realizados dois grupos focais (GF1 e GF2), técnica que permite obter compreensão aprofundada a partir da interação entre participantes e pesquisadores em torno de tópicos específicos e diretivos (Minayo; Assis; Souza, 2005). Os encontros foram conduzidos por uma moderadora e por pesquisadoras observadoras, com roteiro semiestruturado organizado em blocos temáticos: percepções e significação do processo de envelhecimento; percepção das mudanças corporais; percepção do envelhecimento pela família e pela comunidade; e vivências de preconceito relacionadas à idade, ao gênero, à raça/cor e ao território de moradia, incluindo experiências no mercado de trabalho.

Os encontros foram integralmente gravados em áudio e transcritos na íntegra. Todas as participantes foram identificadas por números, garantindo o anonimato conforme protocolo ético do projeto ao qual este estudo se vincula, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (COÉTICA) da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e conduzido em

conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e aprovado sob parecer número 8.549.003. A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016), organizada em três etapas, pré-análise (leitura flutuante, escolha do corpus, formulação de hipóteses e indicadores), exploração do material e tratamento, inferência e interpretação dos resultados, da qual emergiram os eixos temáticos apresentados a seguir. Neste artigo, os trechos de fala são identificados pelo grupo focal de origem e pelo número da participante (por exemplo, GF1, P3).

Quem são essas mulheres, e o que suas falas revelam

Antes de apresentar os eixos temáticos que emergiram da análise, cabe situar o leitor: as narrativas a seguir não pretendem esgotar a experiência de todas as mulheres pretas, idosas e nordestinas, mas iluminar, a partir de um grupo específico, um padrão que se repete em contextos semelhantes por todo o país. É desse lugar de escuta situada que partem as três dimensões discutidas nesta seção: quem são essas mulheres, como o preconceito interseccional atravessa suas trajetórias e quais estratégias de enfrentamento elas constroem coletivamente.

Entre a labuta e a fé

As trajetórias narradas pelas participantes revelam um traço comum: a entrada precoce no mundo do trabalho, muitas vezes ainda na infância, seja na lavoura, seja no trabalho doméstico em casas de família. Migrantes do interior do Ceará para Fortaleza, essas mulheres descrevem itinerários de vida marcados pela labuta constante, pela migração em busca de oportunidades e pela responsabilidade precoce com o sustento próprio e da família.

"No trabalho na roça sentia risco, sim. A gente trabalhava longe [...]. Meu pai não obrigava a gente a ir, mas a gente precisava ajudar. Tinha muita gente dentro de casa, era quase uma obrigação. Comecei com 14 anos de idade." (GF1, P11)

"Desde os 10 anos eu trabalho. Morava no interior, trabalhava na roça igual homem [...]. Com 16 anos vim para a capital [Fortaleza], trabalhei em casa de família, lavando roupa, faxina." (GF2, P3)

Ao longo da vida adulta, o trabalho remunerado se combinou, de forma quase invariável, com o trabalho de cuidado não remunerado: criação dos filhos, cuidado de pais e sogros adoecidos e, em parte expressiva dos relatos, também de netos, assumidos diante do abandono paterno ou de dificuldades das filhas mais jovens. Essa sobrecarga de cuidado intergeracional, que o material qualitativo aqui analisado não permite quantificar com precisão, insere-se no quadro mais amplo dos determinantes sociais da saúde, os quais reconhecem o impacto cumulativo de condições sociais, econômicas e de gênero sobre a saúde ao longo do curso de vida (Braveman; Egerter; Williams, 2011).

A relação com o próprio corpo e com o processo de envelhecer emerge nas falas como um percurso de aceitação, ainda que atravessado por ambivalências entre a valorização da experiência acumulada e o desconforto com as marcas visíveis do tempo: a pele, as manchas, o peso, as dores articulares.

"Velha é uma coisa que não presta, tem que jogar fora. Então nós não somos velhas, nós somos vividas." (GF1; P10)

"Eu me sinto melhor, né? Me sinto mais feliz [...]. Eu queria ser maior no corpo, porque eu me sinto que tem gente mais idosa do que eu que tá com a fisionomia melhor do que a minha." (GF2, P3)

De modo significativo, a fé, expressa predominantemente em vocabulário cristão, mas também em vínculos com a doutrina espírita mencionados pelas participantes, configura-se como eixo estruturante de sentido diante das perdas, das dores físicas e das adversidades relatadas. A religiosidade aparece menos como resignação passiva e mais como um repertório ativo de enfrentamento, associado a redes de sociabilidade (igreja, pastoral, terços e orações) que complementam e, em alguns casos, substituem o suporte familiar direto.

As marcas (in)visíveis do preconceito: entre a negação e a evidência

O achado mais expressivo deste estudo diz respeito ao modo como as participantes respondem, de forma direta, à pergunta sobre terem sofrido preconceito por serem mulheres, pretas, idosas ou moradoras de comunidade periférica. A resposta imediata e recorrente é a negação, *"não"*, *"nunca senti"*, *"comigo, não"*, seguida quase sempre, no desdobrar da conversa, pelo relato de episódios concretos de discriminação, muitas vezes não nomeados como tal pelas próprias narradoras.

No que se refere ao idadismo, os relatos mais contundentes emergem de situações vividas no transporte público, espaço de circulação cotidiana especialmente sensível à exposição de corpos envelhecidos:

"O motorista olhou para a gente e disse assim: 'Para onde que a gente deve levar essas velhas, a essa hora?'" (GF1, P4)

"Ele [o motorista do ônibus] disse assim: 'Não deixa os velhos descer' [...]. Fiquei quieta na minha [...]. Até hoje eu digo: quando ele vem falar comigo, eu digo: 'Não. Eu sou velha. Fique na sua.'" (GF1, P2)

"Eu ouvi isso de uma amiga dentro do ônibus: mas você envelheceu muito rápido [...]. Meu Deus do céu, isso para mim foi uma facada no coração" (GF2, P6)

Quanto ao sexismo, as narrativas revelam mecanismos estruturais de subordinação no mercado de trabalho, com autoritarismo diferenciado entre homens e mulheres, políticas discriminatórias contra mulheres casadas e grávidas, e resistência conjugal diante da autonomia financeira feminina:

"Fui pra um lugar onde a empresa não aceitava mulheres casadas [...]. Se engravidasse, era demitida [...]. Depois da licença-maternidade, me demitiram." (GF2, P1)

"Ele não gritava com os homens, mas com as mulheres, gritava mesmo. Acho isso um tipo de preconceito por ser mulher." (GF2, P1)

"Uma vez eu trabalhei fora [de casa] e era o contrário: eu ganhava mais do que ele [o marido]. E ele [o marido] não gostava [...]. Quando você ganha mais, o homem não quer ficar por baixo." (GF1, P4)

Já o racismo aparece de forma ainda mais velada, quase sempre mediado por terceiros, os irmãos, os filhos, os patrões, e raramente reconhecido, no momento da fala, como discriminação racial dirigida à própria pessoa:

"Tenho uma lembrança da infância. Não comigo, mas com meus irmãos, que eram mais escuros. As próprias crianças zombavam deles, chamavam de 'cabelo bombril' [...]. Comigo diretamente, não sofri." (GF2, P1)

"Meu pai, que colocou um apelido quando eu era criança, eu nunca aceitei. Pra mim, foi um tipo de racismo." (GF2, P17)

"Separaram prato, copo e colher [...]. Senti preconceito sim, nessa época." (GF2, P4, sobre trabalho doméstico iniciado aos 11 anos)

Esse padrão, negação explícita seguida de relato factual de discriminação, não deve ser lido como contradição ou fragilidade do dado qualitativo, mas como expressão de um mecanismo estrutural e simbólico amplamente discutido pela literatura crítica sobre racismo e sexismo no Brasil. Bento (2022) descreve o modo como as estruturas de poder operam para reiterar o apagamento simbólico da população negra, inclusive nos espaços institucionais de saúde, produzindo um pacto que torna o racismo difícil de nomear mesmo por quem o experimenta diretamente.

De modo convergente, Ribeiro (2017) argumenta que o silenciamento das experiências de mulheres negras opera como negação de sua humanidade, silenciamento este que, nas falas analisadas, parece operar também de dentro para fora, como estratégia subjetiva de sobrevivência diante de uma opressão estrutural naturalizada ao longo de décadas. Reconhecer esse padrão é, portanto, condição metodológica e ética para que a escuta em saúde não tome a ausência de queixa como ausência de sofrimento.

Redes de cuidado, fé e comunidade como estratégias de enfrentamento

Diante das discriminações relatadas, as participantes descrevem repertórios diversos de enfrentamento: a resposta coletiva e imediata, o silêncio estratégico seguido de afastamento relacional, e a reafirmação pública da própria idade e identidade como forma de resistência simbólica. Combinam-se, nesses repertórios, o entendimento pragmático de que "responder piora" com a certeza, mais estruturante, de que "todo mundo vai ficar velho um dia".

O núcleo de promoção da saúde onde os grupos focais foram realizados, espaço de socialização e rodas de conversa, aparece nas narrativas como dispositivo central de sociabilidade, pertencimento e cuidado, funcionando como rede de apoio que compensa, ao menos parcialmente, a sobrecarga vivida no espaço doméstico e a solidão relatada por participantes que vivem sozinhas ou com responsabilidades de cuidado acumuladas.

"Se a gente estivesse em casa, não tinha nada ali. Seria tudo muito quieto, não sairia para canto nenhum. Mas não, graças a Deus nós estamos tendo essa felicidade de estar todas juntas." (GF1, P8)

Esses achados dialogam com estudos que apontam a resiliência de mulheres idosas negras como produto não apenas de características individuais, mas de redes de apoio comunitário, religioso e institucional construídas ao longo da vida (Krok-Schoen et al., 2023; James-Conterelli et al., 2023). No contexto brasileiro, pesquisas conduzidas com essa mesma população reforçam que os saberes acumulados por mulheres pretas e idosas em contextos urbanos marginalizados constituem estratégias de resiliência e enfrentamento ao silenciamento corporal historicamente imposto (Lima et al., 2023; Daniele et al., 2024).

Da escuta ao cuidado: por que a educação em saúde importa

O padrão de negação com evidência identificado nas narrativas tem implicações diretas para a formação de profissionais de saúde e para o desenho de práticas de educação em saúde. Se essas mulheres tendem a não nomear como preconceito aquilo que, estruturalmente, é discriminação racial, etária e de gênero, a escuta profissional desatenta corre o risco de subestimar sistematicamente o sofrimento e as necessidades dessa população, tomando o discurso de aceitação e resiliência como ausência de vulnerabilidade.

A educação em saúde, nesse sentido, não pode se limitar à transmissão de informações sobre doenças e cuidados físicos: precisa constituir-se como prática de reconhecimento, capaz de identificar, nomear e acolher formas veladas de opressão interseccional, e de qualificar o vínculo entre serviços de saúde e mulheres pretas idosas periféricas. Como argumenta Ribeiro (2017), pensar políticas públicas a partir de uma perspectiva interseccional exige que as pessoas historicamente excluídas deixem de ser apenas objeto de análise e passem a ser sujeitos de proposição do cuidado que lhes diz respeito.

É nessa direção que se orienta o desdobramento aplicado desta pesquisa: a construção participativa, junto às próprias mulheres, de um manual comunitário de cuidado e resistência, destinado a subsidiar a formação de profissionais da atenção básica e a fortalecer, no território, práticas de acolhimento sensíveis às interseccionalidades de raça, gênero, idade e classe.

Considerações Finais

Este artigo buscou apresentar um esboço de quem são as mulheres pretas, idosas e nordestinas participantes deste estudo, problematizando as marcas, muitas vezes negadas, mas empiricamente evidentes, do preconceito racial, etário e de gênero em suas trajetórias, e discutindo a centralidade da educação em saúde como ferramenta de reconhecimento e cuidado interseccional. As narrativas analisadas revelam trajetórias marcadas pelo trabalho precoce, pela sobrecarga de cuidado ao longo da vida e por discriminações estruturais frequentemente não nomeadas como tais, ao mesmo tempo em que evidenciam repertórios potentes de resiliência ancorados na fé, nas redes comunitárias e nos espaços de convivência construídos coletivamente.

Como limitação, reconhece-se que os achados aqui discutidos derivam de um grupo específico de mulheres, não sendo passíveis de generalização a todas as mulheres pretas idosas do território nacional. Ainda assim, a densidade e a consistência interna das narrativas oferecem subsídios relevantes para a formação profissional e para o desenho de políticas públicas de saúde e assistência social mais atentas às interseccionalidades da velhice negra e periférica no Brasil. Como desdobramento desta reflexão, encontra-se em curso a construção coletiva de um manual comunitário de cuidado e resistência, elaborado com as próprias participantes, a ser apresentado a profissionais da atenção básica como instrumento formativo e de transformação das práticas de cuidado.

Referências

- BARBOSA, K. T. F.; OLIVEIRA, F. M. R. L.; FERNANDES, M. D. G. M. Vulnerability of the elderly: a conceptual analysis. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, supl. 2, p. 337-344, 2019.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENTO, M. A. da S. *O pacto da branquitude*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRAVEMAN, P.; EGERTER, S.; WILLIAMS, D. R. The social determinants of health: coming of age. *Annual Review of Public Health*, v. 32, p. 381-398, 2011.
- DANIELE, T. M. da C.; FROTA, M. A.; NASCIMENTO, L. O.; MOTA, L. A. Resiliência feminina: da vulnerabilidade à superação na vida de uma mulher preta. *Revista Longeiver*, v. 6, p. 18-28, 2024.
- GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHNSON, L. How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, v. 18, n. 1, p. 59-82, 2006.
- JAMES-CONTERELLI, S.; DUNKLEY, D.; MCINTOSH, J. T.; JULIEN, T.; NELSON, M. D.; RICHARD-EAGLIN, A. The impact of systemic racism on health outcomes among Black women: recommendations for change. *The Nurse Practitioner*, v. 48, n. 2, p. 23-32, 2023.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Cobogó, 2019.
- KROK-SCHOEN, J. L. et al. Resiliency among Women's Health Initiative women aged 80 and older by race, ethnicity, and neighborhood socioeconomic status. *The Journals of Gerontology: Series B*, 2023.
- LIMA, M. A. C.; CARDOSO, M. C. V.; FROTA, M. A.; ROLIM, K. M. C.; DANIELE, T. M. da C. O silenciamento corporal e a resiliência de mulheres idosas negras de contextos urbanos marginalizados. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 14., 2025, Vila Nova de Gaia. *Anais [...]*. Aveiro: Ludomedia, 2025.
- MACINKO, J. et al. Who experiences discrimination in Brazil? Evidence from a large metropolitan region. *International Journal for Equity in Health*, v. 11, p. 80, 2012.

MALTERUD, K.; SIERSMA, V. D.; GUASSORA, A. D. Sample size in qualitative interview studies: guided by information power. *Qualitative Health Research*, v. 26, n. 13, p. 1753-1760, 2016.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. Avaliação por triangulação de métodos: abordagens de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

Data de recebimento: 30/08/2026; Data de aceite: 30/08/2026

Thiago Medeiros da Costa Daniele - Doutor em Ciências Médicas pela Universidade Federal do Ceará (2017); Pós-doutor em Ciências Sociais pela Linköping University (2024). Professor assistente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Envelhecimento, Saúde e Subjetividades (GEPESS/UNIFOR). E-mail: thiago.daniele@unifor.br

Larissa Oliveira Nascimento - Graduada em Educação Física pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC/UNIFOR). Participante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Envelhecimento, Saúde e Subjetividades (GEPESS/UNIFOR). E-mail: larissa.nascimento201923@gmail.com

Diana Maria Bezerra Vieira - Graduanda em Educação Física – Bacharelado pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Participa do Grupo de Estudo e Pesquisa em Envelhecimento, Saúde e Subjetividades (GEPESS/UNIFOR). E-mail: dianamariabvh@gmail.com

Lettícia de Araújo Moura - Graduanda em Educação Física – Bacharelado pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Participa do Grupo de Estudo e Pesquisa em Envelhecimento, Saúde e Subjetividades (GEPESS/UNIFOR), desenvolvendo interesse e atuação acadêmica nas áreas de envelhecimento, vulnerabilidade social, políticas públicas e interseccionalidade. E-mail: letticiamoura@edu.unifor.br



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

A mobilidade territorial como dimensão do acesso no envelhecimento na roça: entre a permanência e os deslocamentos para a cidade

Fernanda de Deus Junqueira

O território que se vive: lugares, trajetórias e envelhecimento

O envelhecimento populacional brasileiro apresenta experiências heterogêneas, atravessadas pelas condições sociais, econômicas, culturais e territoriais nas quais as trajetórias de vida são construídas. Essa heterogeneidade torna-se relevante quando se consideram as pessoas idosas que vivem na roça¹, cujas experiências de envelhecimento se articulam às especificidades dos territórios, às formas de sociabilidade e às condições de acesso aos serviços. Nessa perspectiva, compreender as velhices da roça exige considerar os lugares e as relações nas quais a vida cotidiana se realiza.

Da roça à cidade, diferentes contextos territoriais carregam marcas que atravessam a vida das pessoas. Viver na roça não significa permanecer circunscrito ao espaço de moradia. Isso porque, necessidades relacionadas à saúde, ao comércio, aos serviços públicos e a outras dimensões da vida cotidiana podem demandar deslocamentos para a cidade, estabelecendo uma relação contínua entre esses espaços.

Nesse sentido, o território não pode ser compreendido apenas como o lugar físico de residência, mas como espaço de relações, memórias e produção de significados, conforme Lopes e Vasconcellos (2006). A localização das comunidades, a distância em relação à sede municipal, as condições de transporte e a existência de redes de apoio participam das possibilidades de circulação e de acesso aos recursos necessários à vida. Para as pessoas idosas, essas condições podem adquirir importância ainda maior quando os deslocamentos dependem de recursos financeiros ou da disponibilidade de familiares e outras pessoas.

Assim, a relação entre roça e cidade constitui uma dimensão da mobilidade no envelhecimento. Roça e cidade não configuram espaços isolados, mas territórios articulados por fluxos cotidianos de pessoas, produtos, informações, serviços e relações sociais. A cidade pode concentrar determinados equipamentos e serviços, enquanto a roça permanece como lugar de moradia, pertencimento e sociabilidade. Nisso, a circulação entre esses espaços integra a experiência cotidiana de envelhecer na roça

É nessa problemática que se insere este texto, derivado da pesquisa *“Velhices (In)Visibilizadas do Território: Saberes Socioambientais e Modos de Viver de Idosos Rurais como Base para Políticas de um Envelhecer no Campo”*. O que aqui toma como

¹ A opção pelo termo “roça” decorre da denominação utilizada pelos(as) participantes para se referirem ao território em suas narrativas.

recorte uma dimensão específica do material produzido na pesquisa, concentrando-se nas narrativas relacionadas aos deslocamentos entre a roça e a cidade e às condições necessárias para acessar serviços. Para isso, a questão que orienta estas interpretações é: como a mobilidade territorial entre a roça e a cidade atravessa as experiências de acesso a serviços na velhice?

Sendo assim, objetiva analisar, a partir das narrativas de pessoas idosas residentes em uma comunidade rural de Candiba/Bahia, como os deslocamentos entre roça e cidade se relacionam às condições de acesso, às mediações estabelecidas para a circulação e às transformações percebidas pelas próprias pessoas ao longo de suas trajetórias. Com isso, busca-se compreender a mobilidade não como simples deslocamento espacial, mas como condição territorial que pode favorecer, limitar ou mediar o acesso a serviços.

Entre a roça e a cidade: os caminhos do acesso

Não há como falar do(a) idoso(a) da roça, sem recorrer as suas relações e os territórios nos quais suas vidas se desenvolvem. Envolve valores, tradições e formas de reprodução da vida social que conferem especificidade às experiências de cada pessoa (Gusmão; Alcântara, 2008). Nessa perspectiva, o morar na roça não constitui apenas uma classificação espacial da residência, mas envolve modos particulares de viver, relacionar-se e atribuir sentidos ao lugar de moradia. Assim, o envelhecimento também é marcado por heterogeneidades internas. Atravessado por diferentes condições sociais e trajetórias de vida (Ferreira; Leeson, 2019), indicando novamente que para este idoso(a) da roça não corresponde a uma experiência homogênea. Diferentes trajetórias sociais produzem distintas possibilidades de envelhecer e de acessar recursos.

Nesse viés, a relação entre roça e cidade ganha relevância quando observada a partir da noção de acesso. A saber, Travassos e Viacava (2007) identificaram barreiras de acesso aos serviços de saúde entre essas pessoas idosas rurais, relacionando-as à distância, às condições financeiras e às dificuldades de utilização dos serviços. Além disso, Alves, Parente e Herkrath (2024), com base na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, também identificaram diferenças na utilização de serviços de saúde entre idosos rurais e urbanos, reforçando a importância da dimensão territorial na compreensão do acesso.

Nesse contexto, a mobilidade não corresponde simplesmente à capacidade física de deslocar-se, mas envolve condições materiais, econômicas e relacionais que possibilitam ou dificultam a realização dos percursos. Para estas pessoas idosas, chegar à cidade pode depender da existência de veículo, da possibilidade de custear o transporte ou da disponibilidade de familiares e outras pessoas. Desse modo, a mobilidade constitui uma dimensão da acessibilidade territorial, mediando a relação entre o lugar de moradia e os serviços necessários à vida.

Narrar os caminhos: território, memória e experiência

Esse texto constitui um recorte de uma pesquisa desenvolvida no município de Candiba, no Sertão Sudoeste Baiano, a partir de uma abordagem qualitativa,

narrativa-participativa e territorial, com utilização de entrevista narrativa (Jovchelovitch; Bauer, 2002; Minayo, 2014). Foram selecionados os dados relacionados à mobilidade territorial e ao acesso a serviços. Participaram 10 (dez) pessoas idosas residentes em um povoado do município com nome fictício de plantas nativas da Caatinga. No entanto, para este texto, foram selecionados, de forma intencional, fragmentos narrativos relacionados aos deslocamentos, ao transporte, ao acesso à cidade e ao atendimento em serviços.

A partir disso, este recorte priorizou situações referentes às transformações nas formas de deslocamento, à dependência de redes de apoio e recursos para chegar à cidade e à relação entre o acesso a serviços urbanos e a permanência no território rural. Quanto a interpretação assumiu caráter dialógico, considerando as narrativas em relação às experiências dos(as) participantes e aos contextos nos quais suas trajetórias se constituem (Freire, 2019). Buscando assim, interpretar os sentidos atribuídos pelos(as) participantes às próprias experiências de mobilidade e acesso.

Quando os caminhos mudam: memórias de deslocamentos e permanências

As interpretações dialógicas evidenciaram que as formas de deslocamento entre a roça e a cidade se transformaram ao longo das trajetórias dos(as) participantes. Rememoram períodos em que determinados percursos eram realizados a pé, inclusive para vacinação e acesso à feira, enquanto, atualmente, carros e outros meios de transporte ampliam as possibilidades de circulação. Isso aparece, por exemplo, na narrativa da Senhora Aroeira (76 anos):

De primeiro a gente ia de pé. Quantas vezes eu vacinei esses meninos tudo andando de pé [...] Nós ia fazer feira e trazia o saco na cabeça. [...] Agora hoje virou fácil, né? Porque tem carro, né? (Senhora Aroeira, 76 anos).

Com esta narrativa, observa-se a expressão “*agora hoje virou fácil*”, associada à presença do carro. Isso revela a percepção da participante sobre a ampliação das possibilidades de circulação e sobre as mudanças nas condições de realização de atividades que dependem do deslocamento. Contudo, essa ampliação não elimina as desigualdades de acesso, uma vez que, para determinados percursos, ainda é necessário “*arrumar carro*” (Senhora Aroeira, 76 anos), evidenciando a permanência de condicionantes econômicos e relacionais da mobilidade.

Assim, o deslocamento permanece dependente da capacidade de arcar com os custos do transporte e à disponibilidade de pessoas da rede de apoio. Senhora Imburana (72 anos) evidencia o peso desse custo ao afirmar: “*Eu pago R\$ 70,00 todo dia que vou num médico*”. De modo semelhante, Senhora Aroeira (76 anos) relata que, para deslocar-se até Guanambi, conta com o apoio do filho: “*Meu fi me levou, buscou aqui, me levou para fazer cirurgia. Se fosse eu pagar era 150 cada vez. Para nós ir em Guanambi, se nós for pagar carro é 150*”. Essas falas evidenciam que a existência de meios de transporte não elimina as barreiras econômicas e relacionais que atravessam a mobilidade.

Além disso, outro participante evidenciou essa diferença ao afirmar que “*na rua é mais fácil que já tá lá mesmo, né?*” (Senhor Umbuzeiro, 80 anos). Esta fala expressa uma percepção situada de que a proximidade dos serviços na cidade facilita a circulação e o acesso, enquanto a distância característica da roça pode exigir a mobilização de pessoas e recursos para a realização dos deslocamentos. Desse modo, a mobilidade não depende apenas da existência de meios de transporte, mas das condições territoriais que tornam possível alcançar os serviços.

Essa dependência é reforçada pelos dados das entrevistas: dos(as) 10 (dez) participantes, 8 (oito) precisam recorrer a familiares ou fretar o transporte de vizinhos para se deslocar até a cidade, enquanto os outros 2 (dois) utilizam motocicleta para percorrer aproximadamente 25 km até a sede municipal. A dependência de outras pessoas não deve ser interpretada como ausência de autonomia, uma vez que as redes de relações constituem recursos mobilizados para tornar possível a circulação, especialmente quando o transporte não está imediatamente disponível. Logo, o acesso ao serviço envolve a possibilidade concreta de realizar o deslocamento, sendo a mobilidade mediada por condições materiais e relacionais.

As narrativas também revelam transformações nas condições de circulação e comunicação ao longo do tempo. Ao comparar o presente com as experiências vividas por seus pais, Senhora Jatobá (74 anos) recorda um período em que a ausência de transporte na comunidade e de meios de comunicação tornava os deslocamentos mais demorados. Em uma situação de emergência, seu pai precisou sair de casa durante a madrugada e caminhar até outra localidade em busca de um carro para transportar um familiar até Guanambi (cidade do polo regional que fica aproximadamente 30 km da sede de Candiba):

Pai saiu daqui de noite, 1 hora da manhã [...] foi para Pilão [...] a pé, foi no Pilão atrás de um carro para levar [...] pro Guanambi [...] E hoje [...] o telefone tá, ó. Adiantou bem as coisas. Qualquer coisa que tem, né? Liga. [...] Mãe adoeceu. Quem pegou ela? A ambulância. E no tempo de pai, não tinha isso. Não tinha ambulância, não tinha um carro, não tinha nada. Não tinha condução assim de pagar um carro às vezes assim, sei lá (Senhora Jatobá, 74 anos).

Essa lembrança estabelece um contraste entre diferentes condições de circulação e comunicação. Ao falar “*adiantou bem as coisas*” evidencia como o telefone passou a possibilitar o acionamento de pessoas diante de situações de necessidade, reduzindo a necessidade de deslocamentos físicos para buscar ajuda. A presença da ambulância também aparece como uma mudança significativa em relação às experiências anteriores, quando a família precisava buscar alternativas para realizar o transporte em situações de emergência. Contudo, a participante reconhece que essas mudanças não eliminaram as dificuldades, ao afirmar que “*essas coisas hoje tá umas coisas de difícil e outra tá fácil*” (Senhora Jatobá, 74 anos), revelando uma experiência marcada simultaneamente por facilidades e limitações.

Essa ambivalência também aparece na relação dos(as) participantes com o lugar de moradia. Todos(as) afirmam ter nascido e sido criados na roça e manifestam preferência pela permanência na roça, onde construíram suas trajetórias e relações de sociabilidade. Senhora Aroeira (76 anos), por exemplo, afirma: “[...] vou acabar

meus dias de vida na roça, se Deus quiser". Em outra narrativa, ao rememorar a decisão de sua mãe de permanecer na roça Senhora Jatobá (74 anos) relembra o que ela disse: *"Você quer morar na rua, você vai sozinho você. E quando meus filhos tiver meu filho, eu vou ficar por aqui"*. Esses relatos indicam que a cidade pode ser necessária para determinados acessos, sem constituir, necessariamente, um horizonte desejado de moradia.

Portanto, a mobilidade entre roça e cidade revela uma tensão entre a necessidade de circulação e o desejo de permanência. Determinados serviços e atendimentos exigem deslocamentos para fora da comunidade, fazendo da cidade parte das estratégias cotidianas de acesso. Ao mesmo tempo, a roça permanece como lugar de vida, sociabilidade e pertencimento. Assim, a circulação não representa o abandono do território, mas evidencia a interdependência entre diferentes lugares na experiência de envelhecer na roça.

Ficar também é um direito: permanência, mobilidade e acesso

No decorrer das interpretações dialógicas apresentadas foi possível compreender que a mobilidade territorial constitui uma dimensão relevante das experiências de envelhecimento em comunidades rurais. Nisso, as narrativas decorrentes da entrevista evidenciam que o acesso a determinados serviços implica deslocamentos entre a roça e a cidade. O que apresenta que as condições materiais, econômicas e relacionais desse percurso participem das possibilidades de acesso ou não.

Ademais, também mostram que as condições de circulação se transformaram ao longo das trajetórias dos(as) participantes. Experiências marcadas por deslocamentos a pé, ausência de veículos e de ambulância e necessidade de buscar ajuda presencialmente contrastam com uma realidade em que automóveis, telefone e serviços de emergência ampliaram as possibilidades de circulação e resposta. Assim também, essas mudanças, não eliminaram as desigualdades: o deslocamento permanece, em diferentes situações, condicionado à disponibilidade de recursos financeiros e de redes de apoio.

Ao mesmo tempo, os dados não sustentam uma compreensão do envelhecimento na roça baseado exclusivamente na ausência ou na precariedade. As pessoas participantes reconhecem mudanças nas condições de transporte e comunicação e, simultaneamente, reafirmam vínculos com a roça e o desejo de permanecer no território onde construíram suas trajetórias. Já a cidade aparece como necessária para determinados acessos, enquanto a roça permanece como lugar de pertencimento, sociabilidade e continuidade da vida.

Nesse sentido, pensar políticas públicas para o envelhecimento na roça exige articular oferta e acessibilidade, pois a existência dos serviços não garante seu acesso quando persistem desigualdades territoriais. Portanto, a mobilidade, os deslocamentos e as redes de apoio participam da efetivação de direitos. Garantir o envelhecimento na roça implica assegurar que a distância não se converta em impedimento ao acesso, reconhecendo, simultaneamente, a necessidade de circulação e o direito de permanecer no território escolhido para viver.

Referências

ALVES, Gleica Soyan Barbosa; PARENTE, Rosana Cristina Pereira; HERKRATH, Fernando José. Uso dos serviços de saúde por pessoas idosas em áreas rurais e urbanas do Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, [S.L.], v. 27, 2024.

FERREIRA, João Paulo; LEESON, George; MELHADO, Vivian Ramos. Cartografias do Envelhecimento em Contexto Rural: notas sobre raça/etnia, gênero, classe e escolaridade. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S.L.], v. 17, n. 1, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de; ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. Velhice, mundo rural e sociedades modernas: tensos itinerários. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais da Unicamp**, Campinas, v. 6, n. 1, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELLOS, Tânia de. Geografia da Infância: territorialidades infantis. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 103-127, jan./jun. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

TRAVASSOS, Claudia; VIACAVA, Francisco. Acesso e uso de serviços de saúde em idosos residentes em áreas rurais, Brasil, 1998 e 2003. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2490-2502, 2007.

Data de recebimento: 30/08/2026; Data de aceite: 30/08/2026

Fernanda de Deus Junqueira – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente (PPGEduF). Pós-graduada em Educação Ambiental / Docência do Ensino Superior / Metodologias Ativas pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Campus XII). Coordena o projeto “Velhices (in)visibilizadas do território: saberes socioambientais e modos de viver de idosos rurais como base para políticas de um envelhecer no campo”, contemplado na 5ª edição do Edital Acadêmico Envelhecer com Futuro no ano de 2026. E-mail: deusjunqueirafernanda@gmail.com.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Palavras de um pajé sobre o envelhecimento indígena: o protagonismo, os desafios e as ameaças do envelhecimento entre o povo Aikewara

Amoneté Suruí

Leonardo Silveira Santos

Natália Karina Nascimento da Silva

Tatiane Bahia do Vale Silva

Introdução

Pensar os aspectos que se expressam no envelhecimento indígena nos conduz a uma questão central: O que significa, afinal, envelhecer sendo indígena? Que sentidos os mais velhos atribuem à própria velhice, e que lugar ocupam dentro de seu povo? Essas perguntas, aparentemente simples, escondem uma complexidade que só se revela quando escutamos com atenção aqueles que a vivem. Esse constitui um dos princípios centrais das pesquisas desenvolvidas nos campos das ciências humanas e da saúde. É nesse contexto que o pajé Okonoti, reconhecido entre os Aikewara por sua profunda sabedoria nas práticas tradicionais de cuidado e por seu protagonismo nas ritualidades de seu povo, compartilha suas reflexões sobre o papel dos anciãos, bem como dos desafios e das ameaças que atravessam o território e, por consequência, os anciãos e os saberes Aikewara.

É nesse horizonte, entre escuta e memória, entre pesquisa e vivência, que se insere este estudo. A partir de uma entrevista semiestruturada com o pajé Okonoti, buscamos compreender os sentidos atribuídos à velhice, os papéis que os mais velhos desempenham na vida coletiva e os desafios contemporâneos que ameaçam sua permanência no território. Em diálogo com autores indígenas, como Joséphine Bacon (2022), Márcia Kambéba (2021) e Ailton Krenak (2022), sustentamos que a velhice, entre os povos indígenas, não se reduz a uma etapa do ciclo de vida, nem se limita a uma categoria biológica: ela se constitui como espaço de autoridade, de memória viva e de continuidade dos conhecimentos, das práticas de cuidado e dos modos de vida desse povo.

Caminhos metodológicos

O povo e sua terra

Os Aikewara são, em sua maioria, bilíngues, falam tanto o português quanto a língua Aikewara, pertencente à família linguística Tupi-Guarani. A denominação Suruí-Aikewara reflete tanto a história do contato com coletivos não indígena quanto o

movimento crescente de autodenominações entre os povos indígenas. O termo Suruí foi atribuído por Frei Gil Gomes durante os primeiros contatos estabelecidos na década de 1950 e, por muitos anos, tornou-se a principal forma de identificação desse povo na literatura e em documentos oficiais.

Com o fortalecimento do protagonismo indígena e da reivindicação de suas próprias formas de identificação, passou a prevalecer a autodenominação Aikewara, adotada pelos próprios indígenas. Atualmente, tanto a forma Suruí-Aikewara quanto simplesmente Aikewara são amplamente aceitas pelo povo.

Atualmente, os Aikewara habitam a Terra Indígena Sororó (5°55'34.75"S, 48°38'17.79"W), demarcada pelo decreto federal nº 88.648, de 30 de agosto de 1983, e abrange aproximadamente 26.000 hectares. O território se sobrepõe a quatro municípios do Pará: São Geraldo do Araguaia (75,62%), Brejo Grande do Araguaia (16,34%), São Domingos do Araguaia (4,93%) e Marabá (2,54%). Essas delimitações oficiais, contudo, representam apenas uma fração do território ancestral reivindicado pelo povo Aikewara.

Segundo o *Umusesawkar Puta* – Protocolo Comunitário de Consulta Prévia e Consentimento Livre do Povo Aikewara, publicado em 2023, o Estado reconheceu apenas parte do território ancestral e tradicional, excluindo áreas essenciais às práticas e modos de vida Aikewara: antigas aldeias, cemitérios, locais de pesca e caça, áreas de coleta de castanha, e pontos de extração de taboca e barro para a confecção de panelas. O documento aponta que o território original se estendia desde o rio Araguaia, na região da Serra dos Martírios-Andorinhas e Santa Izabel, até o rio Vermelho, na bacia do Itacaiúnas.

A economia dos Aikewara é sustentada por diferentes fontes de renda, entre elas os programas de transferência de renda do governo federal, os empregos exercidos em municípios próximos e, sobretudo, o extrativismo vegetal realizado em seu território, com destaque para a coleta da castanha. Grande parte dessa produção agrícola é escoada pela BR-153, rodovia federal que atravessa a Terra Indígena e que, ao longo dos anos, também se tornou um importante espaço de mobilização política e de reivindicação dos direitos territoriais, sociais e ambientais do povo Aikewara.

Seleção do interlocutor

A seleção do interlocutor pautou-se no critério de representatividade social, priorizando indivíduos reconhecidos, no âmbito do coletivo indígena, como referências nas práticas culturais relacionadas ao cuidado dos anciãos do povo Aikewara. Adotou-se, assim, o conceito de pessoa socialmente consagrada (BOURDIEU, 2001), cuja legitimidade decorre do reconhecimento, e não de critérios estabelecidos externamente pela equipe de pesquisa.

A partir das indicações fornecidas pelo próprio coletivo, estabeleceu-se contato com o pajé Okonoti, que consentiu em participar do estudo, compartilhando suas percepções sobre o processo de envelhecimento no contexto Aikewara.

Entrevista e Análise de conteúdo

A entrevista foi realizada na noite de 30 de julho de 2026, na aldeia Yetá, sob a condução de Amoneté Suruí, a partir de roteiro previamente elaborado pelos autores do estudo. Adotou-se o modelo de entrevista semiestruturada, caracterizado pela definição prévia de eixos temáticos e questões norteadoras, associada à flexibilidade necessária para a exploração de aspectos emergentes no curso da interação (MAY, 2004).

Com base no referencial teórico-metodológico de Tim May (2004), a análise dos dados priorizou os significados atribuídos pelo interlocutor às experiências relacionadas ao envelhecimento. Tal abordagem possibilitou a apreensão dos diferentes sentidos conferidos pelo pajé à velhice, aos papéis sociais desempenhados pelos anciãos, aos desafios enfrentados no cotidiano, bem como às práticas de cuidado e às experiências de adoecimento vivenciadas no contexto Aikewara.

Resultados e Discussão

O ancião Aikewara na visão do pajé

Compreender a velhice entre o povo Aikewara exige, antes de tudo, um exercício de escuta. É por meio do diálogo com aqueles que vivenciam, preservam e elaboram os saberes ancestrais e tradicionais que se torna possível perceber os sentidos atribuídos ao envelhecimento e ao lugar ocupado pelos mais velhos na vida coletiva. Nesse sentido, o pajé Okonoti, com sua trajetória de vida e reconhecida atuação junto ao coletivo indígena, compartilha sua compreensão sobre o envelhecimento e o lugar ocupado pelos mais velhos entre os Aikewara. Em atenção às suas reflexões, propomos estabelecer um diálogo entre o pajé e autores indígenas que, em suas obras, abordaram, ainda que de forma pontual, a velhice e a relevância dessa etapa da vida para os povos indígenas (Kambeba, 2021; Bacon, 2022; Krenak, 2022).

Figura 1 – O pajé Okonoti e Thimá



Fonte: Arquivo Pessoal (2025)

O pajé Okonoti (50 anos) é casado com Thimá Suruí (55 anos), possuem 03 filhos e reside na aldeia Yetá, localizada na Terra Indígena Sororó, às margens da BR-153. Reconhecido por sua sabedoria nas práticas de cuidado, nas ritualidades e no compartilhamento dos saberes do povo Aikewara, o pajé entende que os anciãos ocupam um lugar central na vida coletiva, eles não representam apenas uma etapa da vida, mas uma condição fundamental para o fortalecimento e a continuidade dos conhecimentos, das práticas de cuidado e das formas próprias de existência do povo. Segundo o pajé, os mais velhos transmitem às novas gerações os saberes necessários para viver no território, fortalecendo a cultura, a memória e as formas próprias de existir do povo Aikewara. Em suas palavras:

Para nós, Aikewara, ele (ancião/anciã) representa um papel muito importante. Ele conta histórias, ensina a fazer artesanato, ensina a caçar, a dançar Sapurahai, a plantar, a pescar com o timbó, ensina sobre cada tempo e quais são os períodos ideais para cada produção, para a caça e para as manifestações culturais do nosso povo Aikewara.

A fala do pajé menciona práticas próximas do universo Aikewara que merecem breve contextualização antes de prosseguirmos. Nesse caso, abre-se um breve parêntese para elucidar alguns aspectos inerentes aos modos de vida do povo Aikewara, mencionados em sua fala, como a pesca com timbó e o Sapurahai. A pesca com timbó é uma técnica tradicional amplamente difundida entre os povos indígenas da Amazônia, que consiste em bater ou macerar o caule do cipó timbó na água. Esse procedimento libera substâncias naturais que reduzem temporariamente a capacidade de locomoção dos peixes, permitindo sua coleta de forma eficiente.

Outra prática que merece destaque é o Sapurahai. Segundo Amoneté Suruí (2024), o Sapurahai, ou Sapurahai de Karuara, é um ritual ancestral do povo Aikewara, realizado a cada quatro anos. Mais do que uma celebração, constitui uma importante expressão de resistência cultural, reconexão espiritual e transmissão intergeracional de saberes ancestrais. Sua relevância é tamanha que tramita o Projeto de Lei Estadual nº 362/2025, que propõe reconhecer a Festa do Sapurahai de Karuara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará.

Retomando a fala do pajé Okonoti, percebe-se que o ancião Aikewara não desempenha apenas uma função específica. Sua presença constitui uma referência fundamental para as múltiplas dimensões da vida no território. Nessa perspectiva, a velhice não representa uma fase da vida apartada das dinâmicas sociais, pelo contrário, trata-se de um período de responsabilidade com o seu povo, em que o conhecimento absorvido ao longo de sua existência, e por ele expressado à sua maneira, se converte em sabedoria coletiva, principalmente pela oralidade.

A fala do pajé Okonoti encontra ressonância na reflexão da poetisa indígena Joséphine Bacon (2022), do povo Innue, no Canadá. Enquanto Okonoti enfatiza a responsabilidade dos anciãos na transmissão dos conhecimentos indispensáveis ao fortalecimento da vida coletiva Aikewara, Bacon reconhece em si mesma o compromisso de fazer ecoar as palavras recebidas dos mais velhos. Ao afirmar que pertence "à raça dos anciãos", a poetisa assume a responsabilidade de preservar e

transmitir, por meio da oralidade, as memórias e os saberes herdados de seus antepassados.

Hoje, estou em algum lugar na minha vida. Eu pertencço à raça dos anciãos. Quero ser uma poetiza de tradição oral, falar como os antigos (...). Eles me contaram suas histórias. Eu ouvi sobre minhas origens. Sinto-me como herdeira de suas palavras, de suas histórias, de seu modo de vida nômade (2022, p. 5, tradução nossa)¹.

Em diferentes povos indígenas, a sabedoria é continuamente renovada por meio da relação entre as gerações, na qual os mais velhos ocupam um lugar central como responsáveis por compartilharem os saberes ancestrais. Isso está presente na fala do pajé Okonoti quanto em Josephine Bacon, mas abrange também outros povos indígenas. Na obra de Márcia Kambeba (2021), para quem a figura da avó ocupa um papel decisivo na constituição de sua identidade e de sua trajetória de vida, isso não é diferente.

Ao afirmar que o rio que corre em si é um rio de memórias, a autora associa seu pensamento, seus valores e sua forma de perceber o mundo aos ensinamentos recebidos dos mais experientes, especialmente de sua avó. Nesse sentido, a avó constitui o principal afluente desse rio de memórias. É por suas águas que fluem os saberes, as narrativas, os modos de viver e as formas de perceber o mundo que alimentam as novas gerações. O rio, portanto, não representa apenas a memória da autora, mas a continuidade de um conhecimento coletivo que encontra nos mais velhos sua principal nascente.

Transformações e continuidade dos saberes

Por outro lado, apesar dessa centralidade do ancião aos contextos indígenas apresentados, há desafios que tencionam com o protagonismo dos mais antigos. Okonoti, ao refletir sobre as principais dificuldades que recaem sobre o ancião indígena, não cita questões relacionadas ao envelhecimento fisiológico do corpo, mas aquilo que mais o afeta é o desinteresse das novas gerações em aprender os saberes dos mais antigos.

Para mim, é meio difícil, porque os mais novos não estão com muita vontade de aprender enquanto nós, velhos anciãos, ainda estamos por aqui e temos poucos anciãos e muitos conhecimentos ancestrais.

Esse desinteresse possui profundas relações com as dinâmicas que são realizadas no território. O contexto social, ambiental e econômico se expressa em novos formatos bem diferentes daqueles vivenciados pelo pajé durante a maior parte de sua vida. As transformações sociais experimentadas no território, intensificadas pela expansão das tecnologias digitais, pela escolarização formal e não intercultural, pela urbanização e pelo contato cada vez mais frequente com valores externos às cosmologias indígenas,

¹ Aujourd'hui, je suis quelque part dans ma vie. J'appartiens à la race des aînés. Je veux être poète de tradition orale, parler comme les Anciens (...) Ils me l'ont racontée. J'ai écouté mes origines. (Bacon, p. 5).

reconfiguram os interesses das novas gerações e alteram as formas de circulação dos conhecimentos tradicionais. Vale o registro que a Universidade do Estado do Pará, por meio de sua licenciatura intercultural indígena vem conseguindo avançar em muitos aspectos pertinentes a valorização dos mais antigos no território Aikewara, mesmo assim, ainda há muito a ser feito pensando em um contexto macro da educação.

Nesse contexto, a escuta dos anciãos passa a disputar espaço com novas demandas que emergem no cotidiano da aldeia, tensionando as formas tradicionais de transmissão e circulação dos saberes. Em aproximação à fala de Okonoti, Ailton Krenak (2022) alerta os mais jovens ao dizer que o pensamento dos mais velhos possui a força e a capacidade de orientar as novas gerações indígenas no fortalecimento da tradição. Longe de representar uma forma de estagnação cultural, essa orientação está vinculada a uma lógica ancestral de compreender e de se relacionar com o mundo, na qual saber ouvir a palavra dos mais antigos constitui um elemento fundamental da vida coletiva.

Envelhecimento, adoecimento e práticas e percepções do cuidado

A preocupação de Okonoti, entretanto, não se restringe ao desinteresse das novas gerações pelos saberes ancestrais. Retornando em seu relato, emerge também a inquietação diante da reduzida presença de anciãos no território. Ao afirmar que *"enquanto nós, velhos anciãos, ainda estamos por aqui e temos poucos anciãos e muitos conhecimentos ancestrais"*, o pajé evidencia sua preocupação com a continuidade daqueles que carregam e transmitem os conhecimentos ancestrais de seu povo.

Ao comentar sobre as principais causas para a diminuição dos mais velhos no território, Okonoti menciona um conjunto de enfermidades que têm afetado com maior intensidade os anciãos nos últimos anos.

O que mais está atingindo nossos anciãos é a pressão alta e a próstata; nós, homens anciãos. E a diabete, o colesterol e a pressão alta.

A enfermidades destacadas pelo pajé nos apresenta um aspecto importante da experiência recente do envelhecimento entre os Aikewara. Do ponto de vista biomédico, ainda que enfermidades como hipertensão, diabetes e alterações prostáticas possam decorrer tanto de predisposições genéticas quanto de transformações ambientais e alimentares (Tonon e Schoffen, 2009; Fleischer, 2018), as informações incipientes não permitem estabelecer relações causais entre esses fatores e a realidade observada entre os Aikewara.

No entanto, a preocupação expressa por Okonoti com a reduzida presença de anciãos e com os desafios que afetam sua saúde não constitui um fenômeno recente, mas algo que é reencenado com novos atores. A bibliografia sobre os Aikewara revela que os processos de graves adoecimentos são tecidos pelo contato mais intenso com a sociedade não indígena, assumindo diferentes formas ao longo do tempo.

Um dos primeiros estudos acadêmicos sobre o povo Aikewara, conduzido por pesquisas de campo no início da década de 1960, foi realizado pelo antropólogo Roque Laraia (Laraia; Da Matta, 1967). Em sua análise, o autor descreve a situação crítica vivenciada pelo povo indígena após o contato mais intenso com os invasores não indígenas na região. Segundo Laraia, esse processo foi marcado por episódios de violência armada, seguidos pela disseminação de epidemias, como a gripe, que reduziram a população de aproximadamente trinta e quatro pessoas. A esse cenário somaram-se os impactos decorrentes do desmatamento para a abertura de caminhos na floresta e da expansão das fronteiras agrícolas, favorecendo a ocorrência de surtos de malária e disenteria.

Se a gripe era algo estranho aos saberes e ao organismo Aikewara e, por isso, foi responsável por reduzir drasticamente o coletivo indígena, hoje, a partir de Okonoti, percebemos que os Aikewara estão mais afeitos ao combate dessa e de outras enfermidades provenientes de um contato mais estreito com o não indígena e seus modos de vida. Okonoti nos fala que:

As doenças mais comuns que os nossos anciãos são afetados são gripe e pneumonia, tratadas com cumaru; a pressão alta, tratada com a casca da imbaúba ou com a água dela; e a diarreia, tratada com um tipo de cipó, em nossa língua materna chamado de emuema.

Diversas compreensões podem ser suscitadas a partir da fala do pajé. Entre elas, destaca-se o caráter dinâmico do saber indígena, que não pode ser interpretado como algo estagnado, cristalizado ou imutável. Ao contrário, trata-se de uma ciência que se reinventa, busca e encontra caminhos. Esses caminhos, contudo, são percorridos, em muitos casos, no próprio território. É o que evidenciam os tratamentos mencionados por Okonoti, baseados no cumaru, na imbaúba e no cipó embuema, elementos que coexistem e constituem o território Aikewara. Chama atenção, ainda, o fato de que a pressão alta, compreendida pelo pajé como uma enfermidade recente, já possua um tratamento fundamentado nos conhecimentos tradicionais.

Por outro lado, isolar os saberes Aikewara como única forma de responder a essas enfermidades é um grave erro. Há uma grande demanda por políticas de saúde fomentadas pelo Estado. Isso, contudo, não significa substituir um sistema de conhecimento por outro, mas construir, assim como na educação, formas interculturais e interdisciplinares de compreender o cuidado. É nesse sentido que Okonoti afirma:

Para mim, ainda precisa melhorar muito (saúde pública). Antigamente, antes de nós ter contato com os não indígenas, a gente tinha nossa própria medicina, que nossos anciãos antigo conhecia e tratava toda a comunidade. E hoje, meio que a maioria ficou dependente dos medicamentos industrializados, mas o nosso verdadeiro remédio está aqui na mata.

Assim como observamos na análise de Laraia (1967), Okonoti associa o agravamento dos processos de adoecimento ao contato com a sociedade não indígena. Mas além disso, na visão do pajé, os anciãos passaram a conviver, simultaneamente, com novas

enfermidades e com a crescente presença dos medicamentos industrializados. Esse cenário reconfigura as práticas de cuidado e tensiona a transmissão dos saberes ancestrais, que, de forma hierárquica, passam a coexistir com práticas terapêuticas introduzidas no território pelo Estado.

Considerações finais

Este estudo buscou compreender os sentidos atribuídos à velhice entre o povo Aikewara pela voz do pajé Okonoti. A partir dessa orientação, a pesquisa evidenciou que a velhice em um contexto indígena específico não constitui apenas uma etapa do ciclo da vida, mas uma condição social indispensável ao fortalecimento e à continuidade dos conhecimentos, das práticas de cuidado, das ritualidades e das formas próprias de existência do povo Aikewara.

Ao mesmo tempo, a pesquisa revelou que essa centralidade é atravessada por transformações mais recentes e advindas de uma aproximação cada vez mais intensa com as vilas e cidades. Esses aspectos refletem tanto pelo desinteresse de parte dos mais novos em relação aos conhecimentos ancestrais quanto pela emergência dos processos de novos adoecimento e mudanças nas práticas de cuidado.

Pensando além da ameaça à perda dos conhecimentos indígenas, as reflexões do pajé evidenciam a capacidade de reinvenção dos saberes Aikewara diante das transformações que atravessam o seu povo. Nesse contexto, fortalecer políticas interculturais de saúde e iniciativas voltadas à valorização dos anciãos significa não apenas promover melhores condições de cuidado, mas também contribuir para a continuidade da memória, dos conhecimentos e dos modos de vida Aikewara a partir do protagonismo dos mais velhos.

Referências

- BACON, Joséphine. **Uiesh Quelque part**. Montreal: Mémoire D'Encrier, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **Lições da Aula**. São Paulo: Ática, 2001.
- FLEISCHER, Soraya. **Descontrolada**: uma etnografia dos problemas de pressão. Brasília: EdUFSCar, 2018.
- KAMBEBA, Márcia Wayna. **O Lugar do Saber Ancestral**. São Paulo: UK'A, 2021.
- KRENAK, Ailton. Quando o povo indígena descobriu o Brasil. In: PONTES, A. L. M., HACON, V., TERENA, L. E., and SANTOS, R. V., eds. **Vozes indígenas na saúde**: trajetórias, memórias e protagonismos [online]. Belo Horizonte: Piseagrama; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2022, pp. 36-69.
- LARAIA, Roque de Barros; DA MATTA, Roberto. **Índios e Castanheiros**: A empresa extrativista e os índios no médio Tocantins. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- MAY, Tim. **Pesquisa Social**: Questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PARÁ. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei nº 362, de 2025**. Declara e reconhece a Festa do Sapurahai de Karuara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2025.

SURUI, Amoneté. *Sapurahai de Karuara: celebração e saberes ancestrais entre a Ka'a das Terras Indígenas Sororó e Tuwa Apekuokawera dos Suruí Aikewara*. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2024.

TONON, Thiarles Cristian Aparecido; SCHOFFEN, João Paulo Ferreira. **Câncer de Próstata: Uma Revisão da Literatura**. Revista Saúde e Pesquisa, v. 2, n. 3, 2009. p. 403-410.

Data de recebimento: 30/08/2026; Data de aceite: 30/08/2026

Amoneté Suruí - Possui graduação em Licenciatura Intercultural Indígena (Ciências Humana e Sociais) pela Universidade do Estado do Pará (2016). Mestrado no curso das Ciências da Religião, pela Universidade do Estado do Pará 2024. Atua como professor da Educação Indígena e é doutorando em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará; e-mail: amonetesurui31@gmail.com.

Leonardo Silveira Santos - Formado em Administração e Ciências Sociais, possui mestrado em Ciências da Religião e doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará. Atua como agente administrativo na Universidade do Estado do Pará; e-mail: leonardo.santos@uepa.br.

Natalia Karina Nascimento da Silva - Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrado em Neurociências e Biologia Celular e Doutorado em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua como Professora adjunta na Universidade do Estado do Pará, Campus XIII-Tucuruí. E-mail: nataliakarina.silva@uepa.br.

Tatiane Bahia do Vale Silva - Possui graduação em Fisioterapia pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA), Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). Atua como Professora Adjunta na Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus II – CCBS. E-mail: tatiane.silva@uepa.br.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Identidade relacional na velhice: narrativas de mulheres idosas sobre si e os que as cercam

Maria Luiza Viana de Aquino

Introdução

A lógica produtivista que caracteriza a pós-modernidade nos leva a definir quem somos pelas atividades que executamos e pelos papéis sociais que resultam delas. Somos mães, profissionais, estudantes, religiosas, amigas. Simone de Beauvoir (2018) mostra que essa é uma via central pela qual a existência ganha sentido: viver bem exige continuar se projetando no mundo, dedicando-se a pessoas, causas e trabalhos. Essas identificações produzem-se e sustentam-se, portanto, nas relações sociais, negociadas e reinterpretadas ao longo de toda a vida.

Investigar como isso acontece não é um exercício de autoconhecimento abstrato, pois resulta em compreender quem ocupa que posição numa disputa social, quem tem lugar reconhecido numa sociedade, e quais políticas de inclusão, cuidado e participação fazem sentido a partir desse reconhecimento.

Quando o tema é a velhice, entretanto, o imaginário social costuma privilegiar outras dimensões como definição. O envelhecimento é frequentemente representado como uma etapa marcada pela perda da produtividade, da autonomia, da capacidade física e da participação social. Nesse cenário, a pessoa idosa tende a ser reconhecida sobretudo por suas limitações, como se sua identidade estivesse concluída e restasse apenas administrar os efeitos do envelhecimento biológico (Lopes; Côrte, 2022).

Essa compreensão contrasta com perspectivas que entendem a velhice como uma construção social. Beauvoir (2018) demonstra que o envelhecimento não pode ser explicado apenas pelas transformações do corpo, mas também pelos significados que cada sociedade atribui a essa etapa da vida. Na mesma direção, Debert (1998) evidencia que as formas de viver, representar e significar a velhice variam historicamente, acompanhando mudanças culturais, econômicas e políticas.

Nas últimas décadas, as contribuições da Gerontologia deslocaram parte das discussões para temas como autonomia, aprendizagem ao longo da vida, convivência comunitária e bem-estar, concebendo o idoso de forma holística e contrapondo-se à visão clínica que reduz a velhice às suas dimensões biológicas (Debert, 1998).

Essas contradições contemporâneas sobre os estereótipos da velhice fazem emergir questões de interesse para o campo da Comunicação: de que maneira pessoas idosas produzem sentidos sobre si quando são elas próprias a narrar suas trajetórias? Quais relações mobilizam ao responder quem são? E o que essas narrativas revelam sobre os modos pelos quais continuam construindo sua identidade?

Essas perguntas surgiram durante uma pesquisa financiada pelo Edital de Pesquisa Acadêmica da Fundação Itaú Viver Mais e do Portal do Envelhecimento, cujo objetivo inicial era compreender práticas de consumo entre mulheres idosas residentes em Fortaleza (CE). Desenvolvida em um grupo de convivência e complementada por entrevistas em profundidade, a investigação buscava compreender como o consumo, as tecnologias e a vida cotidiana atravessam a experiência do envelhecimento.

Ao longo do trabalho de campo, entretanto, um fenômeno inesperado passou a se destacar. Sempre que eram convidadas a falar sobre si, as participantes incorporavam espontaneamente outras pessoas às suas narrativas. Filhos, netos, amigas, vizinhos, integrantes da igreja e dos grupos de convivência apareciam de forma recorrente, mesmo quando não eram objeto das perguntas realizadas. Pouco a pouco, tornou-se evidente que essas relações não constituíam apenas o contexto de suas histórias de vida: elas organizavam a própria maneira como essas mulheres narravam quem eram.

Partindo dessa perspectiva, este artigo investiga como mulheres idosas narram a si mesmas e quais relações emergem nesse processo. Ele está estruturado em três partes: a primeira apresenta o embasamento teórico que destaca o aspecto comunicacional na construção da identidade; a segunda detalha o percurso metodológico empregado; a terceira apresenta e analisa as narrativas das entrevistadas que sustentam a tese de que se constitui uma identidade relacional entre essas mulheres.

Identidade e produção de sentidos na velhice

A identidade costuma ser compreendida como aquilo que permite ao sujeito reconhecer a si mesmo e ser reconhecido pelos outros. Longe de constituir um atributo fixo ou exclusivamente individual, ela é continuamente produzida nas relações sociais e nas experiências compartilhadas ao longo da vida.

Stuart Hall (2006) observa que as identidades deixaram de ser compreendidas como unidades estáveis para serem entendidas como construções históricas e culturais permanentemente rearticuladas. Ao longo da vida, diferentes pertencimentos atravessam o sujeito, fazendo com que a identidade seja continuamente reorganizada pelas experiências, pelos discursos e pelas relações estabelecidas.

Esse entendimento desloca a atenção daquilo que o sujeito "é" para os processos pelos quais ele se torna quem é. A identidade passa, assim, a assumir

um caráter fundamentalmente relacional, constituindo-se na interação com os outros e nos sentidos produzidos socialmente.

Essa perspectiva aproxima a discussão da identidade do campo da Comunicação. Isso porque, mais do que transmitir informações, comunicar implica produzir sentidos em situações concretas de interação. É nesses episódios que os sujeitos interpretam experiências, negociam posições sociais, acionam referências compartilhadas e elaboram compreensões sobre si mesmos e sobre o mundo.

Nessa direção, Braga (2017) propõe compreender a comunicação a partir dos episódios interacionais, entendidos como acontecimentos nos quais sujeitos, ao interagirem, produzem sentidos em conjunto por meio de processos sempre tentativos de interação. Para o autor, a comunicação não se reduz à transmissão de mensagens nem ao compartilhamento de informações; ela constitui um trabalho permanente de articulação entre diferentes perspectivas, realizado por meio de inferências, negociações e ajustes que permitem a construção de ações e significados comuns.

Essa compreensão desloca o foco da investigação comunicacional. Se a comunicação acontece nos episódios interacionais, as conversas cotidianas deixam de ser apenas fontes de informação sobre a realidade e passam a constituir espaços privilegiados para observar como os sujeitos produzem sentidos sobre suas próprias experiências.

Essa leitura dialoga com Goffman (2014), para quem toda interação envolve a apresentação de si diante dos outros — a identidade não é apenas condição anterior à interação, mas também um de seus produtos —, e com De Certeau (2014), para quem a vida diária é tecida por práticas aparentemente banais que revelam modos particulares de habitar o mundo.

Conversas, deslocamentos e escolhas cotidianas deixam de ser acontecimentos secundários para expressar como os sujeitos reinventam continuamente suas formas de existir.

Reunidas, essas perspectivas indicam algo em comum: identidade e comunicação deixam de ser processos paralelos para se revelarem dimensões de um mesmo fenômeno. É pelas interações, pelas narrativas que os sujeitos elaboram sobre si e pelas práticas cotidianas com as quais tecem sua existência que a identidade continua sendo produzida, não apenas nas etapas iniciais da vida, mas em toda a sua duração.

Essa constatação tem consequências particulares para o estudo da velhice. Se a identidade permanece em constituição, compreender como pessoas idosas produzem sentidos sobre si mesmas não é apenas uma curiosidade acadêmica: é uma forma de contestar o imaginário, já discutido na introdução, que trata a velhice como uma etapa de identidade já resolvida, restando à pessoa idosa apenas administrar as perdas do corpo.

Reconhecer que essa identidade segue sendo narrada, negociada e reconstruída nas relações cotidianas desloca o olhar da velhice como limitação para a velhice como processo, e é esse deslocamento que orienta a leitura das narrativas apresentadas a seguir.

Percurso metodológico

A produção dos dados para a composição deste artigo combinou observação participante e entrevistas em profundidade. Durante o período de observação, foram registrados episódios cotidianos, conversas espontâneas e anotações em diário de campo. As entrevistas seguiram roteiro semiestruturado, permitindo que as interlocutoras narrassem livremente suas trajetórias de vida, suas práticas cotidianas e suas relações familiares e comunitárias.

Além das participantes do grupo de convivência vinculado ao projeto social, foram entrevistadas mulheres de classe média, sem vínculo com o projeto, incluídas como contraponto socioeconômico para verificar como as categorias analíticas identificadas no campo se apresentariam fora do contexto de vulnerabilidade social que caracteriza o público do projeto.

Foi nesse conjunto de interações que emergiu o principal achado deste artigo. Independentemente do contexto social das entrevistadas ou do tema inicialmente abordado, observou-se que, ao falarem de si, as participantes recorriam de maneira frequente às relações estabelecidas com familiares, amigas, grupos de convivência e outras redes de pertencimento.

A partir desse padrão, passamos a considerar os relatos sobre o cotidiano, compras e transações financeiras não como sinais de dependência ou limitação, mas como formas de acionar os seus para constituir uma existência autônoma, de acordo com o que cada entrevistada considerava valioso e correto. Essa leitura não foi uma decisão prévia da pesquisadora, mas um conteúdo intrínseco às falas: as entrevistadas não se colocavam como dependentes, não pareciam incomodadas pelo que não sabiam ou não conseguiam fazer sozinhas, mas assimilavam isso ao seu modo de viver, valorizando quem viabilizava uma experiência mais confortável do que teriam sem essa rede.

A seguir, apresentamos os relatos e a análise construída a partir do que as entrevistadas transpareceram. Adotamos nomes fictícios a fim de assegurar o anonimato das participantes da pesquisa.

Análise das narrativas

Ainda antes da sistematização das entrevistas, o diário de campo registrava que as participantes "sempre comentam sobre seus filhos e netos". Elas compartilhavam experiências, ensinavam umas às outras, trocavam recomendações de produtos, demonstravam orgulho das conquistas da família e organizavam boa parte das conversas em torno de suas relações.

Em uma conversa com as colegas, Raquel disse resoluta que faria teclado. Ao ser perguntada se tinha um instrumento, respondeu sem titubear: "minha neta

tem. Ela vai me ensinar". Sua postura não parecia de dependência, como alguém que fosse contar com o apoio alheio, mas como alguém que era detentora dos recursos, mesmo este sendo de sua neta.

Fernanda teve a mesma postura resoluta ao dar a dica à amiga sobre compras na Amazon. "São baratos, tenho muita coisa de lá." Quando perguntei se era ela mesma quem fazia a compra, respondeu: "minha filha." Ponto final. Se era da filha, seria dela também, por tabela.

Em nenhum dos dois casos há relato de pedido ou de recebimento: o verbo mobilizado é sempre de posse — "eu tenho", "ela tem, e por isso eu tenho também" —, mesmo quando o recurso pertence formalmente a outra pessoa. É esse gesto de apropriação, e não a simples presença de uma rede de apoio, que nomeamos como uma identidade relacional, contrapondo-se a uma narrativa de dependência: a dependência se anuncia como falta; a identidade relacional se anuncia como posse compartilhada.

Ao serem convidadas a falar sobre si mesmas, as participantes raramente construíam narrativas centradas em características individuais. Em vez disso, organizavam seus relatos por meio de relatos sobre filhos, netos, companheiros, amigas, grupos de convivência, colegas de trabalho, vizinhos e espaços religiosos como coautores de seu cotidiano. Surgia naturalmente como parte da resposta, mesmo quando não eram objeto da pergunta, o que tornou evidente serem vínculos com função específica.

Ruth, ao descrever o envelhecimento, rapidamente desloca a narrativa para o convívio com pessoas da mesma geração naquele ambiente, afirmando que "todos falamos a mesma língua" e destacando a importância das amizades construídas no grupo de convivência. Mesmo ao descrever uma rotina aparentemente solitária — cuidar das plantas, das galinhas, dos gatos — ela não fala dela sem situar o olhar da família sobre o que faz: a neta, que pergunta por que conversa com as plantas, o filho, que reclama que ela "caça trabalho". A prática mais individual do seu dia só ganha sentido narrativo porque passa pelo comentário de outros.

Fernanda apresenta sua rotina a partir da relação com a filha, dos grupos de artesanato e da pastoral. Ao descrever os cuidados domésticos que recebe ("minha filha é que faz tudo. Não lavo uma roupa, não boto roupa na máquina, não faço a comida"), ela não narra dependência como perda, mas como cuidado que a distingue: "eu não tenho filha não, eu tenho uma estrela." A mesma lógica de valorização aparece tanto na fala sobre compras quanto na fala sobre os cuidados domésticos: a vida se amplia com a interferência dessa pessoa, e ela se sente bem em ter todo esse apoio.

Lílian, uma das entrevistadas de classe média, organiza seu relato em torno do trabalho, dos colegas, dos livros, da igreja e dos espaços que frequenta. Diz que parou de usar azul porque faz o filho se lembrar do antigo trabalho, e que adora contar as histórias de 40 anos de enfermagem para suas colegas mais jovens. É também ela quem formula, talvez com mais clareza que qualquer outra entrevistada, o próprio deslocamento que este artigo busca nomear: ao explicar

por que perdeu o apego a certos objetos, mas não às pessoas, diz que hoje se sente "mais pelo humano e não mais por coisas". Essa mesma lógica organiza sua relação com o dinheiro: "agora o meu filho é quem tá guardando pra mim", diz sobre o filho, tratando a supervisão dele como extensão da própria segurança, sem tom de queixa. Essa relação delineia suas escolhas e modos de viver sem vitimismo, mas como escolha.

Raquel, além de delegar ao filho a gestão das transações bancárias — o que narra com a certeza de que a melhor decisão foi tomada —, situa o próprio grupo de convivência como parentesco: "hoje eu tenho família, porque isso aqui tudo é minha família [...] aqui a gente é muito acolhida." A confiança que estende ao filho aparece também fora do círculo familiar: ao negociar a compra de um tablet quando lhe faltou dinheiro na hora de pagar, combinou com a vendedora (uma desconhecida) de voltar no dia seguinte para completar o pagamento, tratando o acordo com o mesmo investimento afetivo que dedica às relações de sangue.

Essa disposição de gerir recursos em função de outros não é recente: ainda menina, já guardava dinheiro sem que ninguém soubesse, e pôde socorrer a irmã em uma emergência: "até hoje ninguém sabe do meu dinheiro não." A identidade relacional, no seu caso, não é um ajuste da velhice; é uma continuidade de uma vida inteira, que a velhice apenas torna mais visível.

Essa continuidade, no entanto, tem um limite que a leitura afirmativa da identidade relacional não pode absorver sem esforço. Ao contar que o dinheiro guardado para comprar um carro acabou sendo usado pelo filho para construir a própria casa no mesmo quintal, Raquel resume o episódio em uma palavra — "vupt!" — e completa: "nunca mais eu peguei numa direção."

Não há, aqui, o mesmo gesto de posse que organiza os outros relatos: ela não narra o carro como algo que segue sendo seu porque é do filho. Narra o oposto, que deixou de dirigir. É a única passagem do corpus em que o recurso cedido à família não retorna como extensão de si, mas como uma habilidade perdida e não recuperada.

Registramos o episódio não para encaixá-lo na tese, mas para marcar o limite desta: a identidade relacional explica boa parte de como essas mulheres significam a rede que as cerca, mas não neutraliza toda perda. Uma leitura que insistisse em fazer isso trataria como escolha aquilo que, na própria fala da entrevistada, é narrado como resignação.

Ana oferece um contraponto que desloca ainda mais o argumento: ao descrever por que nunca falta comida em sua casa, resume,

"eu tenho cinco noras por detrás da porta, e quem tem cinco noras por detrás da porta nunca falta alguém pra comer."

A fatura não é medida por posse, mas pela quantidade de pessoas que sua casa é capaz de alimentar. O mesmo padrão relacional organiza sua administração financeira. Divide o dinheiro em três frentes simultâneas: o que é do marido (luz, água, internet), o que é dela (comida) e o que é da sogra que

mora com o casal (fralda, remédio, itens de higiene), tratando a gestão de três "caixinhas" ao mesmo tempo não como sobrecarga, mas como competência de sempre: "sempre fui" boa de administrar, diz, reforçando o mesmo padrão de continuidade identitária que aparece em Raquel.

Para Marleide, pertencente à classe média, entrevistada como contraponto socioeconômico, é essencial ter planos. Esses sonhos materializados em cronogramas envolvem passeios com os netos, que a mobilizam para novos desafios. Sua parte aventureira agora se realiza no interesse de ser relevante para seus descendentes.

Mas é na descrição de seu próprio papel social que a identidade relacional aparece de forma mais explícita e mais assertiva entre todas as entrevistadas: ela se descreve como um nó de decisão entre três gerações: filhos na casa dos cinquenta, netos, e uma mãe muito idosa. Cunha, em suas próprias palavras, o termo "geração sanduíche" para nomear essa posição.

"Quando a minha filha tem que decidir coisas, uma viagem, um intercâmbio da minha neta agora, tudo a gente conversa sobre. A gente influencia. Quando a minha mãe tem um patrimônio e precisa ser alugado, vendido, reformado [...] eu também faço parte."

Reunidos, esses relatos revelam uma forma particular de narrar a própria identidade: as entrevistadas não deixam de falar de si, mas o fazem através das pessoas, grupos e vínculos que constroem sua trajetória, entrelaçando experiência individual e relação social até o ponto em que uma deixa de ser pensável sem a outra.

Essa forma de narrar dialoga diretamente com a perspectiva de Stuart Hall de que a identidade não é uma essência fixa, mas um processo continuamente construído nas relações sociais. Nas narrativas analisadas, o "eu" não aparece como unidade isolada, mas como resultado das interações que organizam o cotidiano dessas mulheres, inclusive quando essas interações custam, como mostra o episódio de Raquel.

Essa leitura também tem consequência para como se interpreta a presença constante de família e rede de apoio na vida da pessoa idosa. Nas entrevistas, filhos, netos e amigos participam ativamente do cotidiano das participantes, mas isso não indica, por si só, perda de autonomia ou de capacidade de decisão. Ao contrário. Na maioria dos relatos, é exatamente essa participação que sustenta a continuidade de projetos, aprendizagens e formas de participação social.

Sugerimos, portanto, nesta tese, que se veja além do que os dados por si só mostram. À maneira do que, em outro campo, propõe o modelo social da deficiência (que desloca a incapacidade do corpo para a falta de adaptação do meio), talvez a dependência atribuída à pessoa idosa seja menos uma condição sua do que uma miopia de quem observa de fora.

Considerações finais

Estudos como este contribuem para deslocar o foco da velhice como etapa marcada predominantemente pela perda para compreendê-la como um período em que identidades continuam sendo produzidas, negociadas e comunicadas.

Essa reflexão também possui implicações para políticas públicas e práticas profissionais. Reconhecer que pessoas idosas permanecem construindo suas identidades nas relações cotidianas amplia a compreensão sobre participação social, inclusão digital, educação ao longo da vida e convivência comunitária. Mais do que ofertar cuidados, políticas voltadas ao envelhecimento podem fortalecer espaços em que pessoas idosas continuem exercendo papéis sociais, compartilhando conhecimentos e produzindo vínculos significativos.

Referências

AQUINO, Maria Luiza Viana de. O consumo de orgânicos e a produção de sentidos em uma feira de Fortaleza-CE. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. A Velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BRAGA, José Luiz et al. Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade. Campina Grande: EDUEPB, 2017. (Coleção Paradigmas da Comunicação).

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEBERT, Guita Grin (org.). Antropologia e Velhice. 2. ed. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998. (Textos Didáticos, n. 13).

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade.. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOPES, Ruth Gelehrter da Costa; CÔRTE, Beltrina (org.). Gerontologia social na PUC-SP: legado de Suzana Medeiros aos estudos do envelhecimento. 1. ed. São Paulo: Portal do Envelhecimento, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SARAIVA, Joseana Maria; SPENILLO, Giuseppa Maria Daniel; CEZAR, Iêda Litwak Andrade (orgs.). Comunicação, consumo e envelhecimento: desafios para a qualidade de vida. 1. ed. Recife: EDUFRPE, 2025.

Data de recebimento: 30/08/2026; Data de aceite: 30/08/2026

Maria Luiza Viana de Aquino – Mestra em Comunicação, Especialista em Marketing com larga experiência como gestora e planejadora de projetos na área e Pesquisadora em estudos do consumo. Especialista em Educação 4.0, Coordenadora de Curso, docente de nível superior há mais de 10 anos e experiência em planejamento de projeto em Design Instrucional. E-mail: malu_vianaaquino@hotmail.com.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Envelhecer trabalhando: quem são os idosos que permanecem no mercado de trabalho brasileiro?

Larissa Oliveira Franca Santos

O envelhecimento populacional brasileiro vem transformando a composição da sociedade e trazendo novas questões sobre as diferentes formas de viver a velhice. Entre essas questões está a relação das pessoas idosas com o trabalho, de acordo com dados do IBGE, em 2024, o nível de ocupação de pessoas com 60 anos ou mais foi de 24,4% destes 10% tinham 70 anos ou mais. Conhecer quem são essas pessoas é importante para compreender que a experiência de envelhecer não é única e que a relação com o trabalho assume diferentes características ao longo da velhice.

Este artigo apresenta um retrato dos trabalhadores idosos brasileiros, considerando pessoas com 60 anos ou mais inseridas no mercado de trabalho. A análise utiliza informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), referentes ao ano de 2025, e observa características como idade, sexo, raça/cor, escolaridade, posição na ocupação e grupo ocupacional. O objetivo é compreender as diferenças existentes dentro do próprio conjunto de trabalhadores idosos.

Uma velhice que também trabalha

Falar sobre pessoas idosas no mercado de trabalho significa reconhecer que a velhice é vivenciada de maneiras distintas. Entre aqueles que permanecem trabalhando, encontramos pessoas em diferentes idades, ocupações e condições de inserção profissional. Por isso, tratar os trabalhadores idosos como um grupo homogêneo pode esconder diferenças importantes.

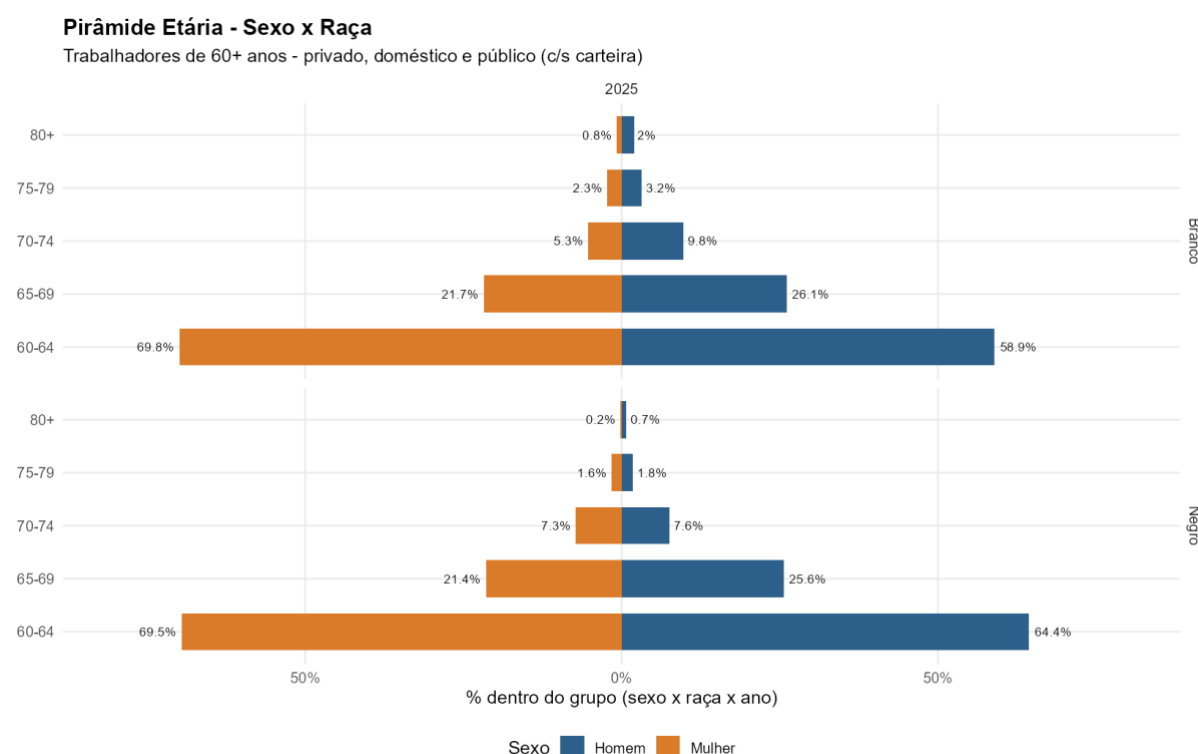
Os dados de 2025 mostram que, entre os trabalhadores com 60 anos ou mais, existe uma forte concentração nas primeiras faixas etárias da velhice. Entre as pessoas brancas, 58,9% dos homens e 69,8% das mulheres trabalhadoras estão na faixa de 60 a 64 anos. Na faixa de 65 a 69 anos, encontram-se 26,1% dos homens e 21,7% das mulheres. A participação diminui progressivamente nas faixas etárias seguintes.

Entre os trabalhadores negros, a concentração nas idades iniciais da velhice também é evidente. Na faixa de 60 a 64 anos estão 64,4% dos homens e 69,5% das mulheres. Entre 65 e 69 anos, encontram-se 25,6% dos homens e 21,4% das mulheres. Nas idades seguintes, os percentuais também são menores.

Esses resultados indicam que, dentro do próprio grupo de trabalhadores idosos, a presença no mercado de trabalho está fortemente concentrada nas idades de 60 a 69

anos. Conforme avançam as faixas etárias, a participação dos trabalhadores diminui. Esse comportamento aparece entre homens e mulheres e entre trabalhadores brancos e negros.

Gráfico 1 - Pirâmide Etária da força de trabalho e composição por Sexo e Raça/Cor - Brasil, 2025



Fonte: Gráfico de elaboração própria | Dados da Pnad Contínua 2025.

A distribuição etária também mostra que não existe uma única experiência de trabalho na velhice. Uma pessoa de 60 anos que permanece trabalhando está inserida em uma etapa diferente da vida daquela vivenciada por uma pessoa de 75 ou 80 anos. Observar essas diferenças é fundamental para compreender o envelhecimento no mercado de trabalho.

Homens e mulheres idosos no mercado de trabalho

As diferenças entre homens e mulheres também aparecem quando observamos a posição na ocupação. Entre os trabalhadores idosos, a presença no setor privado com carteira assinada é mais concentrada na faixa de 60 a 64 anos.

Entre os homens brancos, 44,8% estão nessa faixa etária e possuem carteira assinada. Entre aqueles com 65 a 69 anos, o percentual é de 16,6%, reduzindo-se para 5,2% entre 70 e 74 anos, 0,9% entre 75 e 79 anos e 0,7% entre aqueles com 80 anos ou mais. Entre os homens negros, a distribuição apresenta comportamento

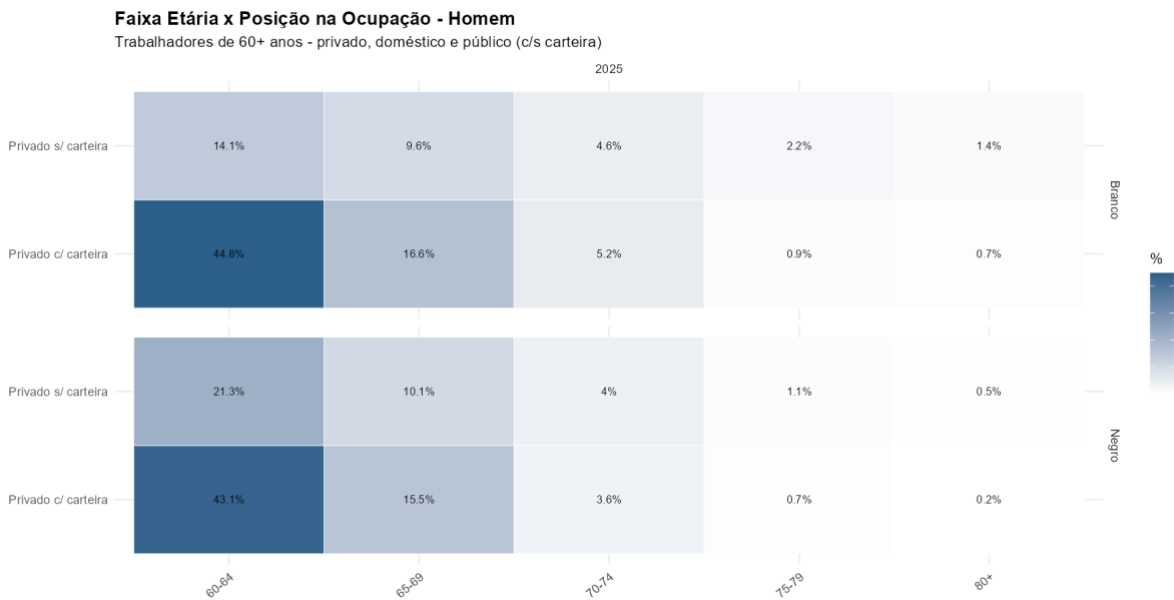
semelhante: 43,1% estão entre 60 e 64 anos com carteira assinada, 15,5% entre 65 e 69 anos, 3,6% entre 70 e 74 anos, 0,7% entre 75 e 79 anos e 0,2% entre os trabalhadores com 80 anos ou mais.

Entre as mulheres, também se observa uma forte concentração entre 60 e 64 anos. Entre as mulheres brancas, 47,8% estão nessa faixa e possuem carteira assinada. O percentual cai para 11,4% entre 65 e 69 anos e 2,5% entre 70 e 74 anos. Entre as mulheres negras, 51,2% estão entre 60 e 64 anos com carteira assinada, 11,8% entre 65 e 69 anos e 3,9% entre 70 e 74 anos.

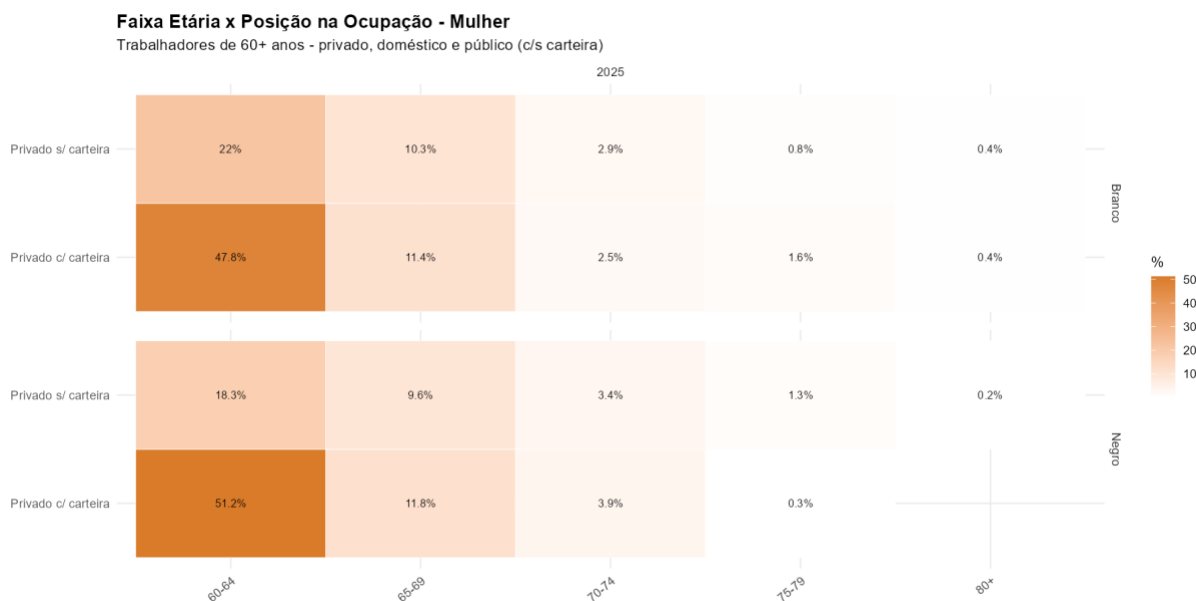
A inserção sem carteira também está presente entre os trabalhadores idosos. Entre os homens brancos, 14,1% estão entre 60 e 64 anos e trabalham no setor privado sem carteira, enquanto entre os homens negros o percentual é de 21,3%. Entre as mulheres, os percentuais são de 22,0% entre as brancas e 18,3% entre as negras.

Esses dados mostram que a permanência no mercado de trabalho durante a velhice ocorre em diferentes formas de inserção. Há trabalhadores idosos com carteira assinada e outros sem carteira, e essas condições se distribuem de maneira distinta segundo sexo, raça/cor e idade.

Gráfico 2 - Distribuição Proporcional da Posição na Ocupação, por Faixa Etária, por Sexo e Raça/Cor - Brasil, 2025



Fonte: Gráfico de elaboração própria | Dados da Pnad Contínua 2025.



Fonte: Gráfico de elaboração própria | Dados da Pnad Contínua 2025.

Escolaridade: diferentes trajetórias de vida também aparecem no trabalho

As diferenças entre os trabalhadores idosos também podem ser observadas na escolaridade. Os dados de 2025 mostram desigualdades importantes nos anos de estudo segundo sexo e raça/cor.

Entre os homens brancos, a média é de 9,82 anos de estudo, enquanto entre os homens negros é de 7,17 anos. Entre as mulheres, a média alcança 11,60 anos entre as brancas e 9,79 anos entre as negras.

Esses números ajudam a compreender que os trabalhadores idosos não chegam ao mercado de trabalho com as mesmas trajetórias educacionais. A escolaridade observada na velhice é resultado de oportunidades educacionais que foram construídas ao longo de diferentes momentos da vida e que permanecem relacionadas às condições de inserção profissional.

Um aspecto que chama atenção é a maior média de anos de estudo das mulheres em relação aos homens dentro dos grupos analisados. Entre os trabalhadores brancos, a diferença é particularmente expressiva: as mulheres apresentam média de 11,60 anos de estudo, contra 9,82 anos entre os homens. Entre os trabalhadores negros, as mulheres apresentam 9,79 anos, enquanto os homens registram 7,17 anos.

Ao mesmo tempo, permanece uma diferença segundo raça/cor. Os homens negros apresentam a menor média de anos de estudo entre os quatro grupos analisados. Entre as mulheres, embora a média seja mais elevada, as trabalhadoras negras também apresentam média inferior à das trabalhadoras brancas.

Assim, olhar para os trabalhadores idosos significa também olhar para as desigualdades que acompanham suas trajetórias. A idade é uma característica comum a esse grupo, mas as experiências sociais que antecederam a velhice são diferentes.

Em que ocupações os idosos trabalham?

As diferenças tornam-se ainda mais evidentes quando observamos os grandes grupos ocupacionais da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Entre os homens brancos idosos, destacam-se os trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio, que representam 21,4% do grupo, seguidos pelos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais de forma contínua, com 18,0%, e pelos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais de forma discreta, com 13,4%. Também aparecem os trabalhadores de reparação e manutenção, com 10,8%.

Entre as mulheres brancas, os maiores percentuais estão entre os trabalhadores de serviços administrativos, com 21,7%, os trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio, com 20,7%, e os profissionais das ciências e das artes, com 16,0%.

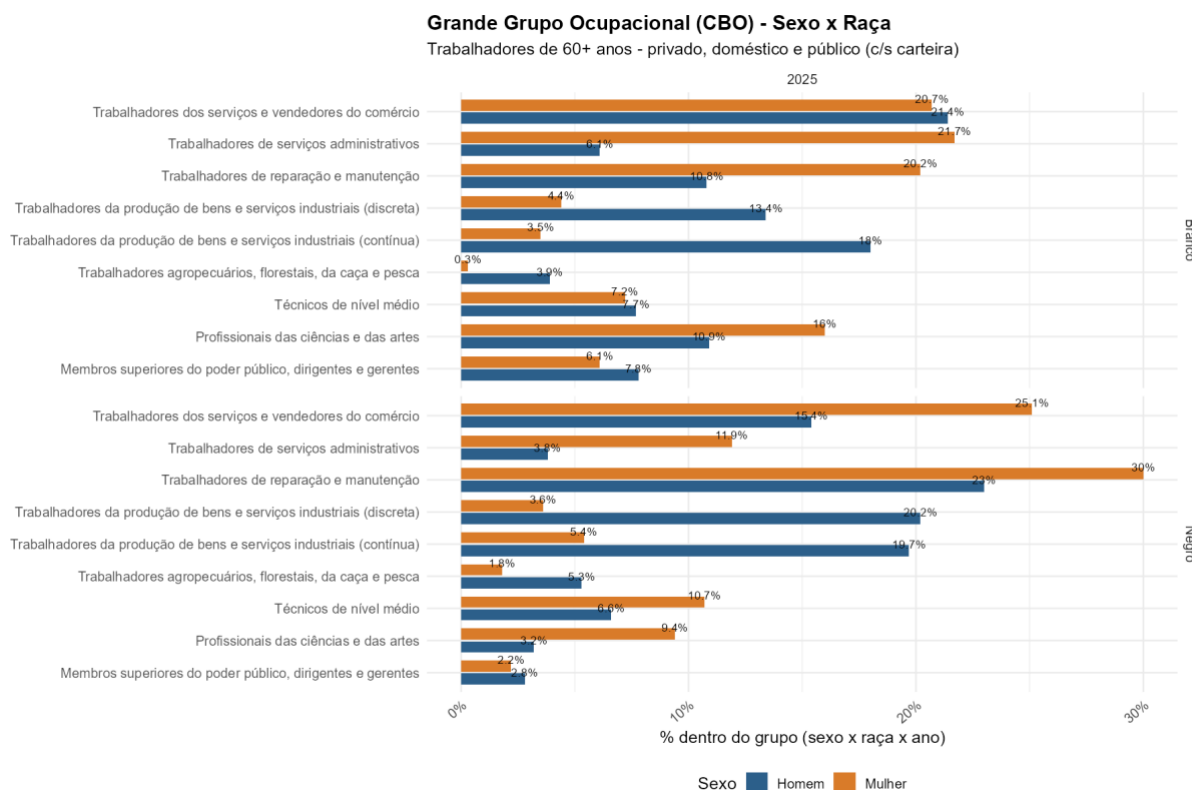
Entre os homens negros, destacam-se os trabalhadores de reparação e manutenção, com 23,0%, os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais de forma discreta, com 20,2%, os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais de forma contínua, com 19,7% e os trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio, com 15,4%.

Entre as mulheres negras, os maiores percentuais aparecem entre os trabalhadores de reparação e manutenção, com 30,0%, e os trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio, com 25,1%. Também se destacam os técnicos de nível médio, com 10,7%, e os profissionais das ciências e das artes, com 9,4%.

A distribuição ocupacional revela, portanto, que homens e mulheres idosos não estão distribuídos da mesma maneira entre os diferentes tipos de trabalho. As diferenças também aparecem quando consideramos raça/cor. O mercado de trabalho dos idosos é composto por diferentes trajetórias ocupacionais, que expressam posições sociais e experiências profissionais diversas.

Nesse ponto, é importante evitar a ideia de que existe um único "trabalhador idoso". Há trabalhadores idosos inseridos no comércio, nos serviços administrativos, em ocupações técnicas, em atividades industriais, em profissões das ciências e das artes e em atividades de reparação e manutenção. A velhice, portanto, não elimina as diferenças existentes entre os trabalhadores; ao contrário, elas continuam presentes na forma como as pessoas permanecem inseridas no mundo do trabalho.

Gráfico 3 - Distribuição Proporcional dos Grandes Grupos Ocupacionais (CBO), por Sexo e Raça/Cor - Brasil, 2025



Fonte: Gráfico de elaboração própria | Dados da Pnad Contínua 2025.

Envelhecer trabalhando: uma experiência diversa

Os dados apresentados permitem construir um retrato dos idosos que permanecem no mercado de trabalho brasileiro em 2025. Trata-se de um grupo fortemente concentrado nas idades de 60 a 64 anos, tanto entre homens quanto entre mulheres e entre trabalhadores brancos e negros. A presença nas faixas etárias mais avançadas diminui progressivamente.

Ao mesmo tempo, a análise mostra que esses trabalhadores não apresentam um perfil único. Existem diferenças importantes de escolaridade, posição na ocupação e inserção profissional. Sexo e raça/cor também aparecem associados a diferentes padrões de escolaridade e distribuição ocupacional.

Essas diferenças são importantes porque o envelhecimento não acontece da mesma maneira para todas as pessoas. As condições sociais construídas ao longo da vida permanecem presentes durante a velhice e ajudam a compreender as diferentes formas de inserção no trabalho.

Por isso, discutir o envelhecimento e o mercado de trabalho exige ir além da pergunta sobre quantas pessoas idosas continuam trabalhando. É necessário perguntar também quem são essas pessoas, onde trabalham e em quais condições estão inseridas.

Os dados analisados permitem mostrar que a população idosa inserida no mercado de trabalho é heterogênea. Existem diferentes idades, trajetórias educacionais, posições ocupacionais e grupos profissionais convivendo dentro dessa população.

Pensar o envelhecimento do mercado de trabalho, portanto, significa reconhecer essa diversidade. À medida que a sociedade envelhece, compreender as experiências dos trabalhadores idosos torna-se fundamental para pensar políticas, relações de trabalho e formas de participação social que considerem as diferentes realidades presentes na velhice.

Envelhecer trabalhando não é uma experiência única. É uma experiência atravessada pela idade, pelo sexo, pela raça/cor, pela escolaridade e pelo tipo de trabalho realizado. Conhecer esse perfil é um primeiro passo para compreender melhor as múltiplas formas de viver e trabalhar na velhice brasileira.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua: 2º trimestre de 2025**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

_____. (IBGE). **PNAD Contínua: retrospectiva anual 2012-2025**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

Data de recebimento: 30/08/2026; Data de aceite: 30/08/2026

Larissa Oliveira Franca Santos - Doutoranda em Sociologia/ Linha: Economia, Organizações e Desigualdades (PPGS/UFMG), Bolsista CAPES. Mestre em Demografia (CEDEPLAR/UFMG). Bacharel em Ciências Sociais (PUC Minas). E-mail: larissaofsantos@gmail.com.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Por que precisamos saber não apenas onde o calor vai chegar, mas quem ele vai atingir

Marcos Eduardo Miranda Santos

Camila Nascimento Ferreira

Kelly Fernanda de Sousa Santos

Liliane do Socorro Almeida Alves

Introdução

Entre 2015 e 2024, pessoas com mais de 65 anos na América Latina foram expostas a mais de dez vezes o número de dias de onda de calor registrado entre 1981 e 2000. No Brasil, a mortalidade associada ao calor permanece largamente invisível nas estatísticas oficiais. Este artigo apresenta os fundamentos e os resultados preliminares do projeto ClimaSênior, que propõe deslocar a pergunta central dos sistemas de alerta: em lugar de informar apenas onde e quando o calor chegará, estimar antecipadamente quem será desproporcionalmente afetado e qual demanda recairá sobre os serviços de saúde. Argumenta-se que a definição dos limiares de alerta não é decisão apenas técnica, mas escolha sobre o grau de precaução devido à população mais exposta.

Um desastre sem escombros

Desastres costumam ser reconhecidos pelo que deixam para trás: uma enchente deixa móveis na calçada, um deslizamento deixa uma encosta aberta. As ondas de calor não deixam nada. Chegam devagar, permanecem alguns dias e vão embora sem alterar a paisagem. E, ainda assim, matam.

A Organização Mundial da Saúde e a Organização Meteorológica Mundial deram nome a esse fenômeno: emergência silenciosa (WHO; WMO, 2015). O silêncio não é apenas figura de linguagem. Em análise recente sobre o caso brasileiro, Neves e colaboradores (2025) mostram que a mortalidade relacionada ao calor permanece largamente invisível nas estatísticas oficiais, e que a governança do tema é fragmentada. Os óbitos aparecem como infarto, acidente vascular cerebral ou descompensação respiratória. O calor não consta na certidão, ainda que tenha sido o gatilho.

Esse silêncio tem endereço preferencial: concentra-se entre as pessoas idosas. É essa concentração, e não a temperatura, o que este artigo examina.

A escala do problema, em números recentes

O relatório do Lancet Countdown para a América Latina, publicado em outubro de 2025, oferece a medida mais atualizada do fenômeno na região. Comparando o período de 2015 a 2024 com a linha de base de 1981 a 2000, a exposição de adultos com mais de 65 anos a dias de onda de calor aumentou mais de 1000%. No mesmo intervalo, a mortalidade regional associada ao calor cresceu 103%, o que corresponde a cerca de 13 mil mortes por ano. O Brasil registrou elevação de 1,2 °C na temperatura média de exposição da população (Hartinger *et al.*, 2025).

Esses números descrevem o presente; as projeções são igualmente instrutivas. Analisando 326 cidades latino-americanas, Bakhtsiyarava e colaboradores (2025) projetam que a proporção de mortes atribuíveis ao calor mais do que dobrará até a década de 2050. O achado decisivo, porém, é outro: ao decompor as causas desse aumento, os autores verificam que apenas a mudança na estrutura etária da população responde por elevação de 176% na taxa de mortalidade por calor em cenário moderado. Ainda que o clima se estabilizasse, o envelhecimento sozinho ampliaria o problema.

No Brasil, estudo que analisou mais de 1.800 cidades entre 2000 e 2015 estimou que cerca de 6% das internações nas estações quentes eram atribuíveis ao calor, com carga desproporcional entre pessoas idosas (Zhao *et al.*, 2019), padrão confirmado em contexto tropical pela análise de mais de 42 mil óbitos cardiorrespiratórios no Rio de Janeiro (Silveira *et al.*, 2023). O verão de 2024 para 2025 foi o mais quente registrado no país desde 1961 (Neves *et al.*, 2025).

Por que a idade importa tanto

Dizer que pessoas idosas são mais vulneráveis ao calor é verdadeiro, mas insuficiente, e se mal formulado sugere fragilidade individual onde há convergência de fatores distintos.

A dimensão fisiológica é a mais estudada. Em revisão sobre os fatores que tornam a pessoa idosa vulnerável ao calor, Meade e colaboradores (2020) descrevem a redução da capacidade de suor, a diminuição do fluxo sanguíneo cutâneo, a menor reserva cardiovascular e a atenuação da percepção de sede, que faz a pessoa beber menos água quando mais precisa. Nada disso é doença: é fisiologia do envelhecimento.

A dimensão social nada tem de biológica. Viver sozinho reduz a chance de que alguém perceba os primeiros sinais de que algo vai mal. Ventilador e ar-condicionado custam dinheiro para comprar e mais para manter ligados, o que transforma conforto térmico em questão de renda. E morar em bairro com pouca arborização e muito asfalto significa estar exposto a temperaturas superiores às registradas oficialmente, fenômeno conhecido como ilha de calor. Aqui, vulnerabilidade climática e desigualdade social são a mesma coisa vista de ângulos diferentes.

A dimensão clínica reúne a maior prevalência de doenças cardiovasculares, diabetes e problemas respiratórios, que o estresse térmico pode descompensar, e o uso

continuado de medicamentos que interferem na hidratação. Some-se a transição demográfica brasileira (IBGE, 2024): uma população que envelhece e um clima que se aquece não são dois problemas paralelos, mas um único problema tratado por políticas separadas.

Perigo não é o mesmo que vulnerabilidade

A distinção parece sutil e é decisiva. Perigo é o evento: a onda de calor prevista. Vulnerabilidade é a probabilidade de que aquele evento produza dano em determinada população e território. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023) trata a vulnerabilidade como resultado da interação entre exposição, que é a intensidade e a duração do estresse; sensibilidade, que é o quanto aquela população tende a adoecer; e capacidade de resposta, que são os recursos disponíveis para absorver o impacto, incluída a rede de saúde.

A consequência é que dois territórios sob a mesma temperatura podem ter vulnerabilidades distintas. Um bairro de clima ameno, com muitas pessoas idosas vivendo sozinhas e cobertura precária de atenção básica, pode ser mais vulnerável do que outro, mais quente e bem assistido. O termômetro, sozinho, não informa isso, e a análise de 326 cidades latino-americanas de Kephart e colaboradores (2022) confirma que o risco varia de forma acentuada entre cidades sob condições térmicas comparáveis.

O que o Brasil já faz, e o que ainda falta

Convém reconhecer o que existe antes de propor o que falta. O sistema Defesa Civil Alerta foi nacionalizado em 2025 e envia mensagens diretamente aos celulares em áreas de risco, sem exigir cadastro (BRASIL, 2025). O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) monitora e emite alertas, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet, 2026) divulga avisos meteorológicos e o Ministério da Saúde mantém vigilância em saúde ambiental relacionada a desastres.

Esses instrumentos funcionam. A questão é o escopo da pergunta que respondem. Todos são orientados ao perigo e dirigidos à população em geral: informam o que vai acontecer e onde, mas não estimam, de forma antecipada e desagregada, quem será mais atingido nem quanta pressão o evento colocará sobre os serviços de saúde nos dias seguintes.

Essa limitação não é peculiaridade brasileira. Na *Nature Climate Change*, O'Connor e colaboradores (2025) argumentam que os sistemas de alerta de calor operam predominantemente em nível populacional e que estender proteção a quem mais precisa exige sistemas dirigidos a grupos específicos, sobretudo idosos com doenças crônicas sensíveis ao calor.

O ClimaSênior e o Índice de Vulnerabilidade Climática

É nesse espaço que se situa o projeto ClimaSênior. A proposta integra três conjuntos de dados hoje dispersos, quais sejam, os dados meteorológicos do Inmet, os atendimentos e internações do DataSUS e os dados demográficos do IBGE,

traduzindo-os em uma medida sintética por território: o Índice de Vulnerabilidade Climática, em escala de 0 a 100.

O índice operacionaliza os três componentes do IPCC, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: componentes do Índice de Vulnerabilidade Climática

Componente	O que expressa	Como é medido
Exposição	Intensidade e persistência do calor previsto	Índice de calor, anomalia térmica, dias consecutivos acima do limiar local
Sensibilidade	Predisposição da população a adoecer	Proporção de pessoas de 60 anos ou mais, prevalência de comorbidades
Capacidade de resposta	Recursos para absorver a demanda	Cobertura de atenção básica, leitos e estabelecimentos de saúde

Fonte: elaboração dos autores, com base no referencial do IPCC (2023).

A escala de 0 a 100 foi escolhida por comunicabilidade, mas um número, sozinho, não protege ninguém. O decisivo é traduzir cada faixa em conduta: monitoramento de rotina nas faixas baixas; comunicação preventiva a idosos e cuidadores nas intermediárias; reforço de equipes e busca ativa de idosos em isolamento nas altas; e, nas mais elevadas, ativação de pontos de apoio e preparação de retaguarda hospitalar.

Vale destacar que em abril de 2026, Menezes e colaboradores publicaram um Índice de Vulnerabilidade Climática para pessoas idosas nos 17 Departamentos Regionais de Saúde do estado de São Paulo, construído sobre o mesmo referencial do IPCC e a partir das mesmas fontes públicas, com modelos de defasagem distribuída aplicados a internações e óbitos cardiorrespiratórios.

O trabalho é rigoroso e antecede o nosso. A diferença entre as propostas não está no mérito, mas na função. O índice paulista é retrospectivo e estrutural: caracteriza a vulnerabilidade acumulada de cada região sob condições recentes, servindo à priorização territorial no planejamento de saúde. Os próprios autores registram que a dimensão de exposição precisou ser excluída do cálculo, porque as ondas de calor se distribuíram de modo praticamente homogêneo pelo estado.

O ClimaSênior propõe algo distinto e complementar: um índice dinâmico, recalculado a partir da previsão meteorológica, cuja finalidade não é caracterizar territórios, mas disparar ação em janela de três dias. Onde o índice paulista responde a “onde devemos investir”, o nosso pretende responder “o que fazemos nesta semana”. São instrumentos que se somam.

Resultados preliminares

O projeto está em execução, e os resultados aqui relatados correspondem às duas primeiras fases, de natureza metodológica. Na constituição da base, foi integrada uma série diária de 2014 a 2025, reunindo dados climáticos, assistenciais e demográficos em arquitetura única. O trabalho produziu achados relevantes por si mesmos: a rede de estações de superfície tem cobertura espacial desigual, exigindo complementação

por reanálise; as bases assistenciais sofrem defasagem de consolidação e possível subnotificação, o que impõe restringir as análises a períodos consolidados; e a codificação de causas variou ao longo do tempo. Nenhuma dessas limitações inviabiliza o trabalho, mas todas precisam ser declaradas.

Na modelagem, construiu-se uma arquitetura de três componentes: previsão da demanda assistencial em horizonte de três dias, escolhido em razão da defasagem entre exposição e desfecho; classificação do nível de risco; e composição do índice. Adotou-se validação estritamente temporal, com treinamento até 2022, validação no biênio seguinte e teste em 2025, o que evita que informação do futuro contamine o aprendizado.

A execução da esteira confirmou sua integridade e produziu um achado metodológico digno de nota: medidas de acumulação temporal, como médias móveis e contagem de dias consecutivos de calor, mostraram-se mais informativas do que a temperatura instantânea isolada. O resultado é coerente com a literatura, pois o que adoece não é o pico de um dia, mas a ausência de alívio ao longo de vários dias seguidos.

Os valores obtidos até aqui decorreram de execuções destinadas a verificar o funcionamento do fluxo computacional e não constituem estimativas de desempenho em condições reais. As medidas válidas serão obtidas na terceira fase, sobre as bases reais consolidadas e com validação retrospectiva frente a eventos efetivamente ocorridos, e divulgadas com seus intervalos de confiança.

Onde colocar o limiar é uma decisão sobre cuidado

Há um aspecto desse trabalho que raramente aparece nas discussões técnicas e diz respeito a valores, não a estatística. Todo sistema de alerta erra de duas maneiras. Pode deixar de sinalizar um período perigoso, e então as medidas preventivas não são tomadas. Ou pode sinalizar perigo que não se confirma, e então recursos são mobilizados sem necessidade e, se o erro se repete, a credibilidade se desgasta e as pessoas deixam de responder aos avisos.

Esses erros não são equivalentes, e nenhum critério matemático determina qual preferir. Errar para menos custa vidas; errar para mais custa recursos e confiança. A escolha do ponto de corte é decisão sobre quanto de precaução uma sociedade considera devido à sua população mais exposta. Por isso o projeto prevê que os limiares sejam pactuados com gestores de saúde e de proteção e defesa civil: a etapa participativa não é consulta protocolar, mas componente metodológico.

Registre-se, na mesma direção, um limite interpretativo. O índice descreve territórios, não pessoas. Indica que determinada área concentra condições que elevam o risco médio, jamais que determinado indivíduo adoecerá. Confundir uma coisa com a outra é incorrer no que a epidemiologia chama de falácia ecológica, risco real quando resultados são apresentados em mapas coloridos, que sugerem precisão que os dados não têm.

Considerações parciais

Chamamos de gerontologia climática o campo que se abre quando envelhecimento e clima deixam de ser agendas separadas. Não se trata de rótulo novo, mas de reconhecer que a pergunta muda quando os dois temas se encontram: deixa de bastar saber quanto o planeta aquecerá e passa a importar quem sentirá esse aquecimento primeiro e com mais gravidade.

A projeção de que o envelhecimento, isoladamente, elevará em 176% a mortalidade por calor na região (Bakhtsiyarava et al., 2025) deveria bastar para deslocar o tema do campo ambiental para o centro da política de saúde da pessoa idosa. Os dados necessários já existem e são públicos. Falta a articulação entre eles com foco em quem envelhece, e essa ausência não é destino técnico, mas escolha institucional.

Prever não elimina o calor. Mas há diferença considerável entre recebê-lo sem preparo e recebê-lo com três dias de antecedência, com equipes reforçadas e pontos de apoio abertos. O ClimaSênior será entregue como código aberto a um órgão público, precisamente para que não dependa de quem o construiu: uma ferramenta de proteção que morre com o financiamento que a originou não protege ninguém no prazo em que a proteção importa.

Referências

BAKHTSIYARAVA, M. *et al.* Future temperature-related mortality in Latin American cities under climate change and population scenarios. **Environment International**, 2025. DOI: 10.1016/j.envint.2025.109694.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Defesa Civil Alerta**. Brasília, DF: MIDR, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/defesa-civil-alerta>. Acesso em: 26 jul. 2026.

HARTINGER, S. M. *et al.* The 2025 Lancet Countdown Latin America report: moving from promises to equitable climate action for a prosperous future. **The Lancet Regional Health – Americas**, 2025. DOI: 10.1016/j.lana.2025.101276.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. **Banco de Dados Meteorológicos (BDMEP)**. Brasília, DF: INMET, 2026. Disponível em: <https://bdmep.inmet.gov.br/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Genebra: IPCC, 2023.

KEPHART, J. L. *et al.* City-level impact of extreme temperatures and mortality in Latin America. **Nature Medicine**, v. 28, p. 1700-1705, 2022.

MEADE, R. D. *et al.* Physiological factors characterizing heat-vulnerable older adults: a narrative review. **Environment International**, v. 144, 105909, 2020.

MENEZES, T. P. *et al.* Vulnerability to heat effects and regional inequalities among older adults in the state of São Paulo, Brazil. **Journal of Ageing and Longevity**, v. 6, n. 2, 34, 2026. DOI: 10.3390/jal6020034.

NEVES, J. M.; GARCIA, K. K. S.; OLIVEIRA, B. F. A.; HORTA, M. A. Too hot to ignore: the escalating health impact of heatwaves in Brazil. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 22, n. 9, 1451, 2025. DOI: 10.3390/ijerph22091451.

O'CONNOR, F. K. *et al.* Promoting targeted heat early warning systems for at-risk populations. **Nature Climate Change**, v. 15, n. 8, p. 806-808, 2025. DOI: 10.1038/s41558-025-02374-2.

SILVEIRA, I. H.; CORTES, T. R.; BELL, M. L.; JUNGER, W. L. Effects of heat waves on cardiovascular and respiratory mortality in Rio de Janeiro, Brazil. **PLoS ONE**, v. 18, n. 4, e0283899, 2023.

WHO; WMO. World Health Organization; World Meteorological Organization. **Heatwaves and Health: Guidance on Warning-System Development**. Genebra: WMO, 2015. (WMO-No. 1142).

ZHAO, Q. *et al.* The association between heatwaves and risk of hospitalization in Brazil: a nationwide time series study between 2000 and 2015. **PLoS Medicine**, v. 16, n. 2, e1002753, 2019.

Data de recebimento: 30/08/2026; Data de aceite: 30/08/2026

Marcos Eduardo Miranda Santos - Pós-doutorando em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Ambientometria pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestre em Oceanografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Análise de Dados e Inteligência Artificial pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Especialista em Ciências Ambientais e Análises Ambientais pelo Instituto GraduarTE. Especialista em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Cidade Verde (FCV). Especialização em andamento em Geoprocessamento Aplicado pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Especialização em andamento em Gestão da Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

de Mato Grosso do Sul (IFMS). Graduado em Ciências Biológicas Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduação em Estatística pelo Centro Universitário FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas). Pesquisador independente e consultor. E-mail: markoseduardo2008@hotmail.com

Camila Nascimento Ferreira - Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica pela Faculdade Unihorizontes. Tem experiência com análise de dados. Será responsável pela análise dos dados de saúde, pela definição dos indicadores clínicos de vulnerabilidade e pela interface com os gestores de saúde. Nome: Me. Kelly Fernanda de Sousa Santos Contribuição: Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Mestra em Ecologia e Conservação da Biodiversidade (PPGECB/UEMA), Especialista em Gestão e Educação ambiental (UFMA/ Campus Grajaú). Graduada em Ciências Biológicas (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Tem experiência em Gestão Ambiental. Responsável pela coleta, tratamento e análise dos dados climáticos e ambientais, além de apoio na interpretação dos resultados e na validação do modelo.

Liliane do Socorro Almeida Alves - Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestra em Ecologia e Conservação da Biodiversidade (PPGECB/UEMA), Graduada em Ciências Biológicas (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Têm experiência na área de Ecotoxicologia e em Educação Ambiental em ambientes formais e não-formais de ensino. Responsável pela coleta, tratamento e análise dos dados climáticos e ambientais, além de apoio na interpretação dos resultados e na validação do modelo.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Caminhos para o letramento digital da pessoa idosa no Brasil contemporâneo: orientações a partir da literatura

Lorena dos Santos Rodrigues

Respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos, crianças, jovens ou adultos, os educadores e educadoras populares têm neles um ponto de partida para a sua ação.
(Paulo Freire)

A oferta de formação digital para pessoas idosas cresceu de forma expressiva no Brasil na última década. Universidades abertas, centros de convivência, prefeituras, bancos, organizações da sociedade civil e criadores de conteúdo nas redes sociais ensinam, cada um a seu modo, a usar o celular, acessar o aplicativo do banco ou preencher um formulário do *gov.br*. Há uma pergunta que quem se propõe a trabalhar com pessoas idosas precisaria se fazer antes de qualquer outra: com base em que concepção de aprendizagem este curso está sendo desenhado?

Ao examinarem dezessete pesquisas internacionais sobre programas de habilidades digitais para pessoas de meia-idade e idosas, Gates e Wilson-Menzfeld (2022) observaram que as teorias de aprendizagem voltadas à velhice raramente aparecem de forma explícita no desenho dessas iniciativas, ainda que muitas incorporem intuitivamente alguns de seus princípios. Ensina-se, em boa medida, por tentativa e erro, replicando o formato escolar que se conhece, com um instrutor à frente, uma sequência de funcionalidades e uma turma que acompanha como pode.

Este artigo reúne orientações para programas de letramento digital com pessoas idosas, a partir de uma investigação na literatura de educação de adultos, de gerontologia educacional e dos estudos sobre ensino de habilidades digitais na velhice. Não se trata de receituário nem de norma, e sim de um convite à reflexão sobre decisões que costumam ser tomadas de forma implícita e que poderiam ser tomadas de forma deliberada, por quem coordena, ensina ou financia essas iniciativas.

Ponto de partida: quem aprende é um adulto com uma biografia

Antes das orientações, convém explicitar a concepção de quem está do outro lado. A tradição da andragogia, sistematizada por Knowles (1980), sustenta que o adulto aprende sob condições distintas das da criança: precisa saber por que está aprendendo determinado conteúdo, traz uma experiência acumulada que funciona como recurso e não como obstáculo, orienta-se para a solução de problemas concretos mais do que para o acúmulo de matéria, e prefere conduzir o próprio percurso a ser conduzido por ele.

A gerontologia educacional levou esse raciocínio adiante ao tratar especificamente da

aprendizagem na velhice. Formosa (2002) e Findsen e Formosa (2011) formulam a geragogia crítica como campo que recusa o modelo do *déficit*, isto é, a leitura da pessoa idosa como alguém definido por perdas, e que reconhece necessidades físicas, emocionais e sociais próprias dessa etapa, apostando na aprendizagem entre pares, na personalização do percurso e no fortalecimento da capacidade de agir.

No Brasil, a discussão sobre gerontologia educacional e sobre quem educa as pessoas idosas encontra formulação consolidada em Cachioni (2003, 2008), e a perspectiva do desenvolvimento ao longo do ciclo vital sustenta que aprender na velhice é continuidade, e não exceção (Scoralick-Lempke; Barbosa, 2012).

Essa recusa do modelo do déficit encontra, na tradição pedagógica brasileira, formulação anterior e mais radical. Ao criticar o que chamou de concepção bancária da educação, Freire recusou a imagem do educando como recipiente a ser preenchido:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres "vazios" a quem o mundo "encha" de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como "corpos conscientes" e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (Freire, 1987, p. 67)

A passagem descreve com precisão o que costuma acontecer nas formações digitais. O tutorial que apresenta uma sequência de telas a serem memorizadas trata a pessoa idosa como recipiente de conteúdos, e não como alguém que chega com perguntas, receios e usos já pretendidos. Problematicar, nesse contexto, significa partir das situações que a pessoa enfrenta, a fila do banco, a senha esquecida, a mensagem suspeita recebida no domingo, e construir com ela o caminho da solução, em vez de entregá-lo pronto.

É desse conjunto que decorrem as seis orientações reunidas a seguir.

1. Partir do que a pessoa quer fazer

Programas organizados por funcionalidades do aparelho tendem a perder a turma. Programas organizados por intenções da vida cotidiana tendem a mantê-la. A diferença aparece já na primeira frase da aula, entre dizer que hoje serão vistas as configurações do sistema e dizer que hoje o objetivo é conseguir marcar a consulta. A segunda formulação atende ao princípio andragógico da orientação para problemas e ancora o conteúdo naquilo que a pessoa já sabe que precisa resolver.

Levantar essas intenções é, portanto, tarefa pedagógica, e não protocolo administrativo. Sales e colaboradores (2014) investigaram as preferências de uso das tecnologias de informação e comunicação entre pessoas idosas e identificaram concentração em ferramentas de comunicação, como correio eletrônico, mensagens instantâneas e redes sociais. Kachar (2003), em obra fundadora no campo brasileiro, já sinalizava que a motivação para aprender se sustenta quando a tecnologia responde a projetos pessoais concretos. Uma matrícula que comece perguntando o que a

pessoa quer conseguir fazer produz, ao mesmo tempo, um diagnóstico e um vínculo.

2. Enfrentar a crença de que "isso não é para mim"

Entre os temas que emergiram do trabalho de Gates e Wilson-Menzfeld (2022) sobre a implementação de programas de habilidades digitais, um diz respeito justamente às percepções negativas sobre o envelhecimento, que circulam tanto entre quem aprende quanto entre quem ensina. A pessoa que chega ao curso dizendo que é velha demais, que não tem cabeça para isso ou que já tentou e não deu certo não está apenas relatando uma dificuldade técnica, está reproduzindo uma crença sobre o que a velhice permite.

A geragogia crítica sugere que desmontar essas crenças integra o trabalho pedagógico, e não o antecede (Formosa, 2002). Isso se traduz em decisões simples: nomear explicitamente que a dificuldade decorre da falta de oportunidade anterior, e não da idade; evitar expressões que infantilizem quem aprende; registrar e devolver conquistas ao longo do percurso; e compor os grupos de modo que as pessoas vejam pares da mesma faixa etária realizando as tarefas.

Em estudo com 99 mulheres idosas de uma universidade aberta, Fujita e colaboradores (2024) observaram médias mais altas de qualidade de vida entre as concluintes de um curso de informática e de autoeficácia entre as cursantes, ainda que sem diferença estatisticamente significativa entre os grupos, o que sugere um efeito formativo que excede o domínio técnico e merece investigação adicional.

3. Ensinar no tempo da pessoa e, sempre que possível, no aparelho dela

Há um conjunto de decisões práticas que a literatura de fatores humanos aplicada ao envelhecimento vem consolidando há décadas e que os programas costumam deixar de lado. Fisk e colaboradores (2009) sistematizam princípios de projeto voltados a pessoas idosas que se aplicam diretamente à sala de aula: ampliar tamanho de fonte e contraste, reduzir a carga imposta à memória de trabalho, apresentar uma tarefa por vez, permitir repetição sem constrangimento e prever mais tempo para cada etapa do que se prevê para outros públicos.

Duas decisões merecem destaque por serem frequentemente negligenciadas. A primeira é ensinar, sempre que possível, no aparelho que a pessoa efetivamente usa, e não em equipamentos padronizados do laboratório, porque as diferenças entre sistemas operacionais e entre modelos produzem descompasso imediato entre o que foi ensinado e o que a pessoa encontra em casa. A ressalva importa, porque nem toda turma tem aparelho próprio, nem todo espaço dispõe de conexão para vários dispositivos ao mesmo tempo, e há quem esteja ali justamente porque ainda não tem um aparelho.

Quando o equipamento padronizado for a única alternativa, vale reservar parte do tempo para transpor o que foi ensinado ao aparelho de quem o tem, tomar como referência o modelo mais frequente na turma e registrar o passo a passo em material que a pessoa leve consigo. Essa diferença tem, além disso, dimensão socioeconômica, já que a variedade de aparelhos disponíveis reflete desigualdades de renda. A segunda é a formação de quem ensina. Cachioni (2003) demonstrou que o

trabalho educativo com pessoas idosas exige preparo específico, e Machado e Behar (2015) reforçam que a capacitação de professores, tutores e monitores precisa ser tanto tecnológica quanto gerontológica. A boa vontade de voluntários, embora indispensável, não substitui a compreensão dos processos de aprendizagem na velhice.

4. Ir além da operação do aparelho

Um programa que termine na operação entrega pessoas capazes de abrir o aplicativo e inseguras diante de tudo o que aparece nele. A literatura sobre letramento digital descreve um conjunto mais amplo de capacidades: motivação para usar as tecnologias; busca, seleção e interpretação de informações; avaliação crítica e comparação de fontes distintas; criação e reorganização de conhecimento; e participação ativa, com comunicação dirigida a públicos variados (Cachioni et al., 2019; Pérez-Escolar; Canet, 2023).

Traduzida em programação de curso, essa lista sugere módulos que raramente aparecem nas ofertas atuais: reconhecer os sinais de uma tentativa de fraude e saber o que fazer depois de cair em uma; verificar a procedência de uma informação recebida em grupos de mensagens; compreender o que se autoriza ao aceitar as permissões de um aplicativo; e decidir o que compartilhar e com quem. São exatamente as competências que protegem, e são as que mais dependem de discussão coletiva, e não de demonstração de tela.

5. Pares que ensinam, apoio que permanece

A aprendizagem entre pares é um dos princípios centrais da geragogia (Formosa, 2002; Findsen; Formosa, 2011) e tem, no letramento digital, uma vantagem adicional: quem já superou determinada dificuldade conhece o caminho do erro, que o instrutor experiente frequentemente desconhece. Formar monitores entre os próprios participantes, prever momentos de trabalho em duplas e reservar tempo para que a turma relate o que deu errado durante a semana, transformando a sala em espaço de troca, e não de transmissão.

Igualmente decisivo é o que acontece depois da aula. Machado e Behar (2015), ao analisarem estratégias pedagógicas voltadas a pessoas idosas em ambientes de educação a distância, chamam atenção para a importância do acompanhamento e da mediação continuada, sem os quais a dúvida surgida em casa se converte em desistência. Canais de suporte simples, um grupo de mensagens moderado, um horário fixo de plantão presencial ou telefônico, sustentam o aprendizado no intervalo entre os encontros, quando a maior parte do uso real acontece.

6. Continuidade, heterogeneidade e um critério melhor de avaliação

Programas de curta duração produzem resultados de curta duração. Interfaces mudam, aplicativos são atualizados, bancos redesenham telas, e o que foi aprendido em um módulo de vinte horas envelhece em poucos meses. A oferta continuada, do tipo praticado por universidades abertas e centros de convivência, responde melhor à natureza móvel do objeto e permite que a pessoa retorne quando a necessidade aparecer, em vez de recomeçar do zero.

Essa oferta precisa reconhecer, além disso, que não existe uma pessoa idosa brasileira. Idade, gênero, raça, renda, escolaridade e território se combinam e produzem barreiras cumulativas (Calasanti; Slevin, 2006), e o desenho pedagógico responde a isso com turmas menores, materiais em linguagem simples, atenção a quem tem pouca escolaridade formal e alternativas para quem não dispõe de conexão domiciliar. Mubarak e Suomi (2022) lembram que, mesmo onde o acesso a dispositivos e conectividade avançou, a falta de habilidades permanece o principal desafio, o que reforça o peso da dimensão formativa.

Resta a questão de como avaliar. A maior parte dos programas mede sucesso pela conclusão do curso e pela capacidade de executar a tarefa sozinho. A gerontologia contemporânea oferece um critério mais fino ao distinguir autonomia, entendida como capacidade de decisão e comando sobre as próprias ações, de independência, entendida como capacidade de realizar algo com os próprios meios (Alencar; Martins; Ribeiro, 2026).

Uma pessoa que pede ajuda ao filho para concluir uma transação e decide com clareza sobre o próprio dinheiro alcançou algo que a métrica da execução não captura. Outra que opera o aplicativo com desenvoltura e não avalia o risco de uma mensagem recebida não alcançou. Avaliar pela autonomia significa perguntar o que a pessoa passou a conseguir decidir, e não apenas o que passou a conseguir apertar.

Considerações finais

As seis orientações reunidas aqui compartilham uma premissa que vale explicitar: o problema do letramento digital na velhice é pedagógico antes de ser tecnológico. Não faltam aplicativos didáticos nem tutoriais disponíveis; falta desenho formativo que considere quem aprende, o que essa pessoa quer fazer, em que condições, com que apoio e por quanto tempo.

Nenhuma dessas decisões é cara. Perguntar na matrícula o que a pessoa quer conseguir fazer, ensinar no aparelho dela quando houver condição, ampliar a fonte do material, formar monitores na própria turma, manter um canal de dúvidas entre os encontros e avaliar pela autonomia não exigem tecnologia adicional, e sim intenção pedagógica explícita. É precisamente essa explicitação que Gates e Wilson-Menzfeld (2022) identificaram como ausente na maior parte dos programas examinados.

Há, por fim, uma condição que antecede todas as decisões técnicas de desenho, e Freire (1987, p. 81) a formulou nestes termos: "Não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens".

Programas de letramento digital que não partem dessa confiança tendem a produzir, ainda que sem intenção, aquilo mesmo que dizem combater, ou seja, a confirmação de que aprender já não é para aquela pessoa. Programas que partem dela encontram, com frequência, capacidades que ninguém havia perguntado se existiam.

A literatura oferece o quadro; a experiência concreta de quem aprende oferece o

conteúdo. Programas desenhados nessa ancoragem têm maior chance de sustentar aquilo que os justifica, que é ampliar a capacidade de decidir na vida digital, e não apenas o repertório de tarefas executadas.

Referências

ALENCAR, D. M. de; MARTINS, S.; RIBEIRO, A. Q. **Guia anti-idadista**: Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Viçosa, MG: UFV, IPPDS, 2026.

CACHIONI, M. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas: Alínea, 2003.

CACHIONI, M. Gerontologia educacional / educação gerontológica. In: NERI, A. L. (org.). **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Alínea, 2008. p. 92-94.

CACHIONI, M. et al. Aprendizagem ao longo de toda a vida e letramento digital de idosos: um modelo multidisciplinar de intervenção com o apoio de um aplicativo. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 16, n. 1, p. 18-24, 2019.

CALASANTI, T. M.; SLEVIN, K. F. (org.). **Age matters**: realigning feminist thinking. New York: Routledge, 2006.

FINDSEN, B.; FORMOSA, M. **Lifelong learning in later life**: a handbook on older adult learning. Rotterdam: Sense Publishers, 2011.

FISK, A. D.; ROGERS, W. A.; CHARNESS, N.; CZAJA, S. J.; SHARIT, J. **Designing for older adults**: principles and creative human factors approaches. 2. ed. Boca Raton: CRC Press, 2009.

FORMOSA, M. Critical geragogy: developing practical possibilities for critical educational gerontology. **Education and Ageing**, v. 17, n. 1, p. 73-85, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
FREIRE, P. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FUJITA, L. S.; FLORES-GOMES, G.; PAULA, A. C. de; GOMES, F. R. H.; OLIVEIRA, V. de; VAGETTI, G. C. A inclusão digital de pessoas idosas: um estudo comparativo sobre autoeficácia e qualidade de vida em um programa de extensão universitária. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 15, n. 3, 2024.

GATES, J. R.; WILSON-MENZFELD, G. What role does geragogy play in the delivery of digital skills programs for middle and older age adults? A systematic narrative review. **Journal of Applied Gerontology**, v. 41, n. 8, p. 1971-1980, 2022.

KACHAR, V. **Terceira idade e informática**: aprender revelando potencialidades. São Paulo: Cortez, 2003.

KNOWLES, M. S. **The modern practice of adult education**: from pedagogy to

andragogy. Englewood Cliffs: Cambridge Adult Education, 1980.

MACHADO, L. R.; BEHAR, P. A. Educação a distância e cybersênior: um foco nas estratégias pedagógicas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 129-148, jan./mar. 2015.

MUBARAK, F.; SUOMI, R. Elderly forgotten? Digital exclusion in the information age and the rising grey digital divide. **Inquiry**, v. 59, p. 1-7, 2022.

PÉREZ-ESCOLAR, M.; CANET, F. Research on vulnerable people and digital inclusion: toward a consolidated taxonomical framework. **Universal Access in the Information Society**, v. 22, p. 1059-1072, 2023.

SALES, M. B. de; AMARAL, M. A. do; SENE JÚNIOR, I. G.; SALES, A. B. de. Tecnologias de informação e comunicação via web: preferências de uso de um grupo de usuários idosos. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 59-77, 2014.

SCORALICK-LEMPKE, N. N.; BARBOSA, A. J. G. Educação e envelhecimento: contribuições da perspectiva life-span. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 29, supl., p. 647s-655s, 2012.

Data de recebimento: 30/08/2026; Data de aceite: 30/08/2026

Lorena dos Santos Rodrigues – Pedagoga (2013) e economista (2019) pela Universidade de Brasília (UnB), com especialização em Alfabetização e Letramento. Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela UnB e doutoranda em Administração Pública na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Servidora pública federal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no setor de Desenvolvimento Humano e Profissional. Pesquisadora selecionada na 5ª edição do Edital Acadêmico de Pesquisa: Envelhecer com Futuro, promovido pelo Itaú Viver Mais e pelo Portal do Envelhecimento e Longevidade, com a pesquisa "Educação ao longo da vida e letramento digital da pessoa idosa". E-mail: lorenadossantosrodrigues@gmail.com.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Desastres climáticos: histórias que ainda precisam ser contadas sobre a (des) proteção da população 60+

Michelle Bertóglio Clos

Introdução

Um pouco mais de dois anos se passaram desde que a maior tragédia climática afetou praticamente todo o estado do Rio Grande do Sul. Em termos de macro decisões, planos de contingência, diretrizes e até mesmo estudos, foram realizados para melhorar as estratégias de enfrentamento em caso de novos eventos e para a mitigação de possíveis danos. Mas em relação à vida das pessoas já afetadas, há como saber o que aconteceu?

Esse estudo surge de questionamentos como: onde estão as pessoas que passaram pelo Abrigo Emergencial 60+? Como se organizaram no pós-enchente? Onde estão morando agora? Será que ainda vivem alguma situação de risco social?

E em meio às dúvidas, uma pergunta central atravessava a curiosidade e impulsionava a busca por respostas: quais foram as medidas de apoio, acompanhamento e efetivação de políticas públicas voltadas às pessoas idosas acolhidas no abrigo emergencial 60+ após a desmobilização do abrigo, e como essas medidas contribuíram (ou não) para a mitigação dos impactos sociais das enchentes de maio de 2024 nessa população?

Essa questão, um tanto acadêmica, norteou esse que é um estudo qualitativo e que exigiu pesquisa de campo. Cada entrevista realizada em visita domiciliar foi um reencontro, uma alegria ou uma surpresa. Sinceramente, esperávamos que as pessoas que estávamos buscando, estivessem em uma situação melhor do que quando chegaram no abrigo, mas isso não foi possível para todos.

Ao final do mapeamento sobre destino das pessoas que foram acolhidas emergencialmente, chegamos a diferentes destinos, conforme sistematizado na tabela 1:

Tabela 1: Mapeamento pós-desmobilização das pessoas acolhidas no Abrigo Emergencial 60+

Destino	Quantidade	Percentual
Pessoas não localizadas	14	25%
Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPI)	12	21,4%
Retorno para o domicílio de origem	12	21,4%
Mudança para regiões fora das áreas de risco	6	10,7%
Óbitos	4	7,1%
Domicílio de familiares	2	3,6%
Óbitos a confirmar	2	3,6%
Pensionato	2	3,6%
Situação de rua	2	3,6%
Total	56	100%

Fonte: elaborado pela própria autora (2026)

O rastreio da localização das pessoas acolhidas, conforme tabela 1, indica aspectos interessantes para análise, como a diferença significativa entre o número de idosos que foram para ILPI (21,4%) e os que foram residir em domicílio de familiares (3,6%).

Uma distância, possivelmente justificada pela falta de capacidade protetiva das famílias, pela ausência de rede de apoio ou de membros da família que pudessem realizar as tarefas cotidianas de cuidado. O retorno para o domicílio de origem (21,4%), ainda que permanecessem em região de risco, se dá, principalmente, por ser a única alternativa de moradia e a falta de um plano alternativo de residência. Os que puderam se mudar para áreas mais protegidas, foram idosos mais jovens (entre 60 e 75 anos), com melhores condições de articulação comunitária, capacidade de comunicação e acesso a novas oportunidades e não, necessariamente, por renda maior.

Sobre aqueles não localizados, cerca de 25% das pessoas relacionadas na listagem inicial, a explicação se dá pelo fato de que os números telefônicos informados para contato que não existem, não atenderam, não responderam a mensagens ou, durante a busca ativa, não residiam no local cadastrado inicialmente. No total foram 56 pessoas listadas, sendo que desta relação já haviam sido excluídas todas aquelas com idade inferior a 55 anos.

O contexto

A beleza da pesquisa empírica está nas oportunidades que surgem no dia a dia das coletas de campo. A riqueza dos dados vem através de entrevistas, observações e

relatos que ajudam a desvelar o cotidiano social e a construir caminhos de reflexão e respostas para tudo aquilo que nos inquieta. Não é diferente nesse exercício de pesquisa social, no qual buscamos compreender os impactos sociais das enchentes de maio de 2024 sobre as pessoas idosas acolhidas no abrigo emergencial 60+, com foco nas políticas públicas, medidas de apoio e acompanhamento posteriores à saída do abrigo, para identificar lacunas e potencialidades nas respostas institucionais às necessidades desse grupo frente às mudanças climáticas.

Para melhor compreender o contexto, nosso desafio maior foi mapear e selecionar, a partir de documentos oficiais, notícias e sites oficiais informações que contribuíssem com nossos objetivos de pesquisa e nos dessem clareza do que já existia e do que precisou ser produzido e repensado frente aos novos desafios com a gestão de emergências climáticas.

Inicialmente foram encontradas as seguintes ações concretas destinadas à população 60+ no pós-enchente: O projeto "Cuidar Tchê 60+" foi uma iniciativa do Governo do Estado do RS para compra de itens em categorias pré-selecionadas, como cozinha, dormitório, mobilidade (cadeiras de rodas, andadores) e eletroeletrônicos (Costa, 2024). Foi um benefício direcionado para aqueles em extrema vulnerabilidade, ativos no Cadastro único da Assistência Social, com renda per capita de até R\$109,00. Na primeira etapa de operacionalização do projeto, apenas os municípios de Canoas e Eldorado do Sul fizeram parte. O critério de inclusão previa o maior número de famílias com idosos, e a capital Porto Alegre ficou de fora.

Outro benefício, esse não específico para população idosa, foi o Auxílio Reconstrução, definido pelo Governo Federal no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) a ser pago em uma única parcela, às famílias residentes em áreas que foram integral ou parcialmente inundadas ou danificadas por enxurradas ou deslizamentos, nos 444 municípios do Rio Grande do Sul que tiveram reconhecimento federal de situação de emergência ou calamidade pública decretada pelo Governo Federal até o dia 7 de junho de 2024. O benefício contemplou uma família por endereço. Nas situações em que, mesmo que mais de um núcleo familiar tivesse a mesma localização, apenas uma poderia receber. O Governo do Rio Grande do Sul, retomou o Programa Volta por Cima (Rio Grande do Sul, 2023; Econet Editora, 2024), e realizou o repasse de recursos, conforme regulamento, para pessoas desabrigadas e desalojadas que vivam em situação de pobreza e extrema pobreza.

Dito isso, te convidamos a vir conosco num relato de campo, que serve como base para construção das categorias de análise. Mas antes de explicitar a teoria que serviu de lente para enxergar e analisar os dados, queremos apresentar o sujeito de pesquisa em uma fotografia momentânea do seu real.

A entrevista

Não houve aviso por telefone, não tínhamos certeza do endereço, apenas uma referência de quando ele havia ingressado no abrigo. Mesmo assim, lá fomos, eu e uma estudante de serviço social, em busca do idoso, que aqui chamarei de Ary. Tínhamos como registro um número de casa e o nome de uma vizinha. Chegando próximo ao endereço, a primeira surpresa, a indicação do número era a referência mais próxima a uma ruela sem asfalto. Na verdade, um local de residência de

recicladores, com resíduos espalhados por todos os lados. O esgoto parecia correr a céu aberto. A vizinhança foi muito solícita, tentando entender quem era o idoso que procurávamos, até que um passante se lembrou que havia um idoso num casebre para dentro daquela ruela. Um jovem ali lembrou também que, mas disse que se chamava João. Estranhei, não parecia ser nosso sujeito de pesquisa. Mas fomos investigar mais um pouco, afinal, o nome da vizinha conferia.

A vizinha não estava, então o rapaz que nos acompanhava foi no casebre em frente e bateu na porta. Sem ouvir resposta, abriu a porta e lá estava nosso idoso, deitado descansando. O idoso chamado de João pelos vizinhos, localizado em um barraco, em uma região precária era o nosso Sr. Ary. O cheiro dentro da casa era insuportável, uma mistura de urina e fezes de animais com sujeira. Aquilo me deixou muito sensibilizada (e nauseada também). Ao lado de fora haviam duas cadeiras de praia, rasgadas e tortas, pedaços de papelão fazia as vezes de piso. Um filhote de gato saiu de dentro da casa e ficou conosco tomando sol. A entrevista aconteceu no lado externo, naquela microárea, ao sol, onde era possível respirar, mas ele estava ali, claramente sem boas condições de higiene, indiferente à sujeira e ao mau cheiro.

Era visível que a pequena casa havia sido reconstruída. Parede com tijolos novinhos e sem reboco indicavam o trabalho recém feito. Durante a entrevista ele relatou que vivia só, mas as informações eram um pouco confusas, havia pouca orientação sobre tempo e espaço. Não se lembrou de mim, disse que havia nascido em 1926. As respostas estavam desencontradas, o que ficou evidente foi a solidão e a invisibilidade. Sem familiares, sua única rede de apoio parecia ser a vizinha da casa em frente. Ele mesmo faz o próprio almoço, cuida de si e da sua casa. Ao final daquele encontro, a triste constatação de que o idoso segue sua vida em local de risco, seja por intempérie climática, seja por vulnerabilidade e pobreza extrema.

Nos registros de diário de campo tenho a seguinte anotação: “Começo a acreditar que no abrigo ele conheceu proteção, atenção e cuidado, mas ao voltar para casa, se tornou invisível e esquecido. Tão esquecido que nem seus vizinhos sabem seu verdadeiro nome”.

Ele não tem 100 anos, os registros do abrigo indicam que tem aproximadamente 80 anos. Não temos histórico para além dos registros no acolhimento emergencial e aquilo que sua memória nos ofereceu durante a visita, mas o certo é que na sua percepção não há nenhum acompanhamento da política de assistência social, dada a situação precária e de risco. Vi em seu olhar a conformidade com uma situação sem perspectiva de mudança.

Das iniciativas previstas às realizadas

Sr. Ary seguia sua existência, muito mais por persistência do que por apoio das políticas públicas. A rede que o permitia continuar vivendo se limitava ao apoio social dos vizinhos, mas isso será o suficiente a longo prazo, em um contexto no qual estamos aumentando progressivamente o número de pessoas acima de 60 anos vivendo sozinhos e em situação de vulnerabilidade?

Certamente não, pois quando falamos em promoção do envelhecimento com dignidade e apoio à população 60+ em contextos de desastres, estamos nos referindo

a ações institucionais, apoio psicossocial e serviços ofertados (saúde, assistência social, moradia, renda).

Nos planos de contingência e nas diretrizes para situações de desastres, no que se refere à Moradia e Acolhimento, há uma diretriz clara para priorizar pessoas idosas na reconstrução habitacional, exigindo que as novas moradias considerem critérios de acessibilidade, como corrimãos, rampas e banheiros adaptados (Porto Alegre, 2025). A construção dos planos atendeu uma série de expectativas da sociedade, mas, infelizmente não alcançou todas as pessoas a quem deveria.

Sr. Ary não recebeu o Auxílio Reconstrução, Volta por Cima e nenhum outro tipo de iniciativa governamental. Segue em moradia insalubre, em situação clara de vulnerabilidade social, o que nos leva a pensar na suficiência, integração e sensibilidade das políticas públicas às vulnerabilidades 60+. As políticas descritas nos documentos analisados (BRASIL 2024, 2025a, 2025b) demonstram que há sensibilidade teórica às vulnerabilidades da população 60+, uma vez que os guias de direitos humanos (BRASIL 2024, 2025b) reconhecem que o envelhecimento afeta a mobilidade, a percepção de riscos e a cognição, listando fatores de vulnerabilidade cruzada como doenças crônicas, vivência isolada e condições de pobreza.

Programas e projetos de transferência de renda são pontuais e eficientes para situações agudas, mas não dão conta das demandas que emergem ou se cronificam após o período de calamidade. Há protocolos que exigem medidas diferenciadas para esse público, argumentando que protocolos uniformes de resgate podem falhar ao não considerar essas especificidades (BRASIL, 2024; 2025a).

Contudo, na prática, conforme achados da pesquisa, a execução das propostas e planos não foi suficientemente prática. Sr. Ary, assim como tantos outros, ficaram à margem do acesso a novas moradias, acesso à vagas em ILPI subsidiadas pelo poder público, transferência de renda ou mesmo ou aluguel social. E, com base nessas percepções foi possível eleger a insegurança habitacional, o desamparo institucional e falhas de políticas públicas, bem como o acolhimento comunitário e redes de apoio informal como as três categorias construídas para analisar a situação pós-desmobilização do abrigo.

Considerações quase finais

As transcrições da entrevista, assim como as observações de campo, indicaram que houve uma ruptura no cuidado assim que o abrigo emergencial 60+ foi desmobilizado. As medidas públicas foram insuficientes, restritivas e desarticuladas, fazendo com que o sucesso na mitigação dos impactos dependesse quase que exclusivamente do capital social dos idosos, da ajuda de seus familiares, e da continuidade do esforço voluntário dos próprios profissionais que os atenderam no abrigo, com exceção da rede de saúde, uma vez que a Política de Saúde é a que melhor acolhe e ampara as pessoas idosas em suas trajetórias e múltiplas demandas.

Referências

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **PLACON Porto Alegre** – 2025: Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil. Porto Alegre: Defesa Civil Municipal; ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, 2025. Aprovado pelo Decreto Municipal n. 23.434, de 1º set. 2025.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Defesa Civil de Porto Alegre. **Plano de Contingência de Porto Alegre**. Coordenação: Defesa Civil de Porto Alegre; Hopeful Brasil. Porto Alegre: Defesa Civil de Porto Alegre, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil: PN-PDC 2025–2035**. Elaboração: Adriana Leiras et al. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2025a.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Guia de orientação para salvaguarda dos direitos humanos de públicos prioritários em contextos de desastres e emergências climáticas**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025b.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Guia de orientação para pessoa idosa em situação de riscos e desastres**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024.

COSTA, Jean. Governo do Estado lança projeto para beneficiar idosos atingidos pela enchente em 13 municípios gaúchos. **GZH**, Porto Alegre, 1 jul. 2024.

ECONET EDITORA. **Volta por cima: nova versão do programa para ajudar as vítimas da catástrofe do Rio Grande do Sul**. YouTube, 16 maio 2024. 1 vídeo.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 15.977, de 12 de julho de 2023**. Institui auxílio para situações de calamidade ou emergência destinado à população do Estado do Rio Grande do Sul vítima das contingências decorrentes de eventos climáticos. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=73285. Acesso em: 10 ago. 2026.

Data de recebimento: 30/08/2026; Data de aceite: 30/08/2026

Michelle Bertóglcio Clos - Doutora em Gerontologia Biomédica pela PUCRS, Mestre em Educação pela UFRGS, Docente do curso de Serviço Social da Universidade Lasalle. Pesquisa realizada com financiamento do Edital Acadêmico Itaú Viver Mais e Portal do Envelhecimento. E-mail: michelleclos@gmail.com



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Publicar não basta: Atas, transparência e controle social nos Fundos da Pessoa Idosa

Cícero C Belchior

Quando o envelhecimento também é uma questão de governança

O envelhecimento da população brasileira deixou de ser uma perspectiva distante e passou a integrar o cotidiano da gestão pública. O Censo Demográfico de 2022 registrou mais de 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no país, revelando a importância de políticas capazes de garantir direitos, participação e proteção social ao longo da velhice (IBGE, 2023). Esse cenário costuma ser discutido a partir de temas como saúde, cuidado, previdência e inclusão. Há, porém, uma dimensão menos visível: como a sociedade acompanha as decisões e os recursos destinados às políticas para a pessoa idosa?

Essa pergunta nos leva ao controle social. Em uma democracia, não basta que o Estado formule políticas e utilize recursos públicos. A sociedade também precisa dispor de meios para conhecer prioridades, acompanhar decisões, questionar escolhas e exigir explicações. Os conselhos de direitos foram institucionalizados justamente como espaços de participação entre poder público e sociedade civil. No campo do envelhecimento, os Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa participam da formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas dirigidas a esse público. Estudos sobre essas entidades, entretanto, mostram que o potencial democrático dos conselhos convive com dificuldades práticas, entre elas a burocratização das rotinas, a complexidade das matérias analisadas e a necessidade de maior suporte para o exercício de suas atribuições (Debert; Oliveira, 2016; Cunha; Mafrá; Tosta, 2024).

Quando o assunto envolve recursos públicos, a questão informacional ganha peso adicional. Orçamento, editais, planos de aplicação, termos de fomento, relatórios financeiros e prestações de contas formam uma linguagem institucional que nem sempre é simples para quem não trabalha diariamente com administração pública. A transparência, nesse contexto, precisa significar mais do que disponibilizar arquivos. Para que a informação sustente o controle social, ela precisa ajudar o leitor a compreender o que ocorreu, quais recursos estavam envolvidos, o que foi decidido e quais desdobramentos decorreram da decisão.

Conselho e Fundo: relacionados, mas diferentes

Antes de discutir a qualidade dos registros, é necessário separar duas instituições que frequentemente aparecem lado a lado: o Conselho e o Fundo da Pessoa Idosa. Eles se relacionam, mas não são a mesma coisa. Em Vitória, ES, município onde a análise foi conduzida, o Conselho Municipal do Idoso (COMID) é regulamentado pela Lei Municipal nº 6.944/2007 e atua como instância de participação, deliberação,

acompanhamento e fiscalização das políticas voltadas à pessoa idosa. O colegiado reúne representantes do poder público e da sociedade civil. Suas atribuições alcançam diferentes aspectos da política municipal, como acompanhamento de serviços, discussão de prioridades, fiscalização de direitos e organização de conferências, muitos deles sem relação direta com os recursos do Fundo (Vitória, 2007).

O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDI), por sua vez, é um instrumento financeiro destinado a concentrar e aplicar recursos em ações de promoção e garantia de direitos da pessoa idosa. Em Vitória, o FMDI foi instituído pela Lei Municipal nº 8.609/2013 e regulamentado pelo Decreto nº 16.914/2016, e está vinculado às deliberações do COMID quanto às prioridades e à destinação dos recursos, enquanto a operacionalização financeira e contábil ocorre na estrutura administrativa municipal (Vitória, 2013, 2016). Em termos práticos, o Conselho define, acompanha e fiscaliza. Por sua vez, o Fundo organiza o fluxo financeiro que viabiliza parte das ações deliberadas.

O ciclo do Fundo envolve entrada de receitas, planejamento, definição de prioridades, deliberação sobre aplicações, seleção e formalização de projetos, execução, acompanhamento e prestação de contas. Em cada etapa, diferentes atores produzem e utilizam informações. Essa divisão de responsabilidades torna a documentação decisiva, pois aquilo que é evidente para quem participa diretamente de uma reunião pode se tornar opaco para quem consulta os registros meses ou anos depois.

Controle social precisa de informação utilizável

A literatura sobre transparência orçamentária e accountability converge em um ponto: disponibilizar informação é necessário, mas não basta para viabilizar controle. Carlitz (2013), ao revisar iniciativas de transparência e accountability no processo orçamentário, mostra que a abertura de informações pode ampliar participação e fiscalização das decisões públicas quando os dados chegam a atores capazes de compreendê-los, compará-los e utilizá-los.

No debate brasileiro sobre orçamento público, Betenheuser Júnior (2021) sintetiza essa diferença ao defender que transparência deve vir acompanhada de acessibilidade à informação. Um dado pode estar formalmente publicado e, ainda assim, ser pouco útil se estiver descontextualizado, excessivamente técnico ou incapaz de responder perguntas básicas sobre a finalidade e a execução de determinado gasto. Publicidade torna o ato disponível, a transparência exige condições para compreendê-lo e acompanhá-lo criticamente.

O conceito de accountability amplia essa discussão ao envolver prestação de contas, fornecimento de informações, justificativa das decisões e possibilidade de responsabilização. No âmbito do controle social, importa também que uma decisão possa ser examinada depois de ocorrida. Cidadãos, novos conselheiros, organizações da sociedade civil, pesquisadores e órgãos de controle dependem de registros capazes de preservar o percurso mínimo das escolhas públicas.

Há uma diferença informacional elementar entre quem participou da deliberação e quem depende do registro produzido por ela. Os participantes ouviram falas, visualizaram apresentações, tiveram acesso a documentos e acompanharam explicações que podem não aparecer no texto final. O usuário externo conhece aquilo que o documento preservou ou aquilo que consegue localizar a partir das referências nele contidas. A assimetria informacional ajuda a interpretar essa distância, mas o ponto central é documental: a qualidade do registro determina quanto da decisão permanece acessível fora da sala de reunião.

A ata como ponte entre a reunião e a sociedade

As atas ocupam posição particular nesse processo. Elas não são transcrições literais das reuniões e não precisam reproduzir cada fala. Também não substituem balancetes, pareceres, planos de trabalho, editais ou sistemas de transparência. Sua função, contudo, não se reduz a provar que uma reunião aconteceu. Em órgãos colegiados, a ata registra a passagem de uma discussão pela instância deliberativa e preserva parte da memória institucional necessária para compreender decisões, encaminhamentos e responsabilidades.

Se uma ata informa apenas que determinado relatório financeiro foi “apresentado”, sabemos que houve uma apresentação, mas não necessariamente sabemos qual era o saldo do fundo, quais receitas ingressaram, quais despesas foram realizadas, se existiam pendências ou quais questões foram levantadas pelos conselheiros. Do mesmo modo, a expressão “aprovado por unanimidade” pode registrar corretamente o resultado de uma votação, mas não informa, sozinha, o objeto preciso da decisão, seus critérios, seus valores ou as razões consideradas durante a deliberação.

Uma ata não precisa reproduzir todos os elementos de uma decisão. Informações detalhadas podem permanecer em anexos, relatórios, pareceres ou outros documentos públicos. Para preservar a rastreabilidade, porém, o registro precisa sintetizar o essencial ou indicar de forma clara onde a documentação de suporte pode ser localizada. Sem essa conexão, a publicidade do ato não se converte automaticamente em capacidade de reconstrução por terceiros.

Nos conselhos, esse cuidado ganha importância adicional. Debert e Oliveira (2016) observaram que parte significativa do tempo das reuniões de conselhos de idosos pode ser consumida por rotinas de funcionamento, aprovação de documentos, organização interna e outros procedimentos administrativos. A burocracia é necessária ao funcionamento institucional, mas os registros das decisões sobre recursos precisam preservar a memória pública da deliberação, e não apenas certificar que um rito foi cumprido.

Entre registrar a ocorrência e registrar informação: um contraste nas atas de Vitória

Uma leitura exploratória das atas do COMID de Vitória, realizada no âmbito da pesquisa, permite visualizar essa diferença. Dois episódios, separados por alguns anos, demonstram o problema de maneira concreta.

Na 186ª Reunião Ordinária, realizada em julho de 2020, o registro do Plano Anual de Aplicação de Recursos apresenta um nível elevado de detalhamento financeiro. A ata informa valores disponíveis, deduções e a distribuição do montante entre linhas de ação, com percentuais e cifras correspondentes. Para um leitor externo, o texto oferece condições para compreender quanto estava disponível e como o Conselho decidiu distribuir os recursos naquele momento (COMID, 2020). A ata não substitui os documentos contábeis originais, mas preserva uma síntese financeira que permite reconstruir a lógica da deliberação.

Na 239ª Reunião Ordinária, em 2026, aparece situação distinta. Ao relatar as atividades da Comissão de Financiamento e Orçamento, a ata registra que foi apresentado o relatório financeiro do primeiro trimestre de 2026 do FMDI. O texto permite saber que o relatório chegou à reunião e que sua apresentação integrou os trabalhos do Conselho. Entretanto, não registra os principais números do documento, nem informa quais saldos, receitas, despesas ou questões financeiras foram apresentados aos conselheiros (COMID, 2026). Para o participante da reunião, o contexto pode ter sido suficiente, para quem lê apenas a ata, a informação financeira permanece fora do alcance.

Os episódios mostram que a densidade informacional das atas pode variar de forma relevante. Em 2020, o registro permite acompanhar valores, deduções e critérios de distribuição. Em 2026, registra a ocorrência da apresentação financeira, mas não preserva os dados necessários para reconstruí-la. A diferença não está na existência da ata, e sim no quanto ela conserva do conteúdo que sustenta a decisão e o acompanhamento dos recursos. A ausência de determinado conteúdo no registro não prova que ele esteve ausente da reunião, indica, contudo, que esse conteúdo deixa de estar disponível ao leitor que depende da ata.

Informação que sustenta o controle social

Não existe uma fórmula única para redigir uma ata, porém, para decisões relacionadas a recursos públicos, alguns elementos aumentam de forma direta a utilidade do registro para terceiros.

O primeiro é a contextualização do objeto: o leitor precisa identificar qual tema concreto estava em discussão. O segundo é a base informacional: quando a decisão depende de valores, relatórios, pareceres ou planos de trabalho, o registro deve sintetizar seus elementos essenciais ou indicar claramente onde esses documentos podem ser consultados. O terceiro é a decisão, descrita com precisão suficiente para que se entenda o que foi aprovado, rejeitado, alterado ou adiado. O quarto são os encaminhamentos, com indicação de responsáveis, próxima etapa e, quando pertinente, prazo.

Em matérias financeiras, acrescenta-se a rastreabilidade. Valores, fontes de recursos, destinações e alterações relevantes precisam estar conectados ao processo decisório. Isso não transforma a ata em demonstração contábil, significa permitir que o leitor siga a trajetória do assunto. Se um projeto recebeu determinada destinação, foi posteriormente alterado e teve sua prestação de contas apreciada, a memória institucional se fortalece quando esses momentos podem ser relacionados entre si.

Por fim, a linguagem importa. Conselhos reúnem pessoas com formações e experiências diferentes, e a informação orçamentária não pode depender exclusivamente do domínio prévio de jargões administrativos. Transparência não exige eliminar a terminologia técnica necessária, mas oferecer contexto suficiente para que ela possa ser compreendida por quem não pertence à burocracia financeira. Quando contexto, base informacional, decisão e encaminhamento permanecem conectados, a ata deixa de ser apenas prova formal da reunião e passa a integrar a trilha de accountability dos recursos públicos. Em uma sociedade que envelhece rapidamente, essa capacidade de acompanhar o destino dos recursos voltados à pessoa idosa é parte da própria garantia de direitos: publicar é indispensável, mas informar de modo verificável é o que permite à sociedade acompanhar.

Referências

BETENHEUSER JÚNIOR, Luiz Carlos. Transparência só não basta: é necessário ter acessibilidade à informação. **Portal do Envelhecimento e Longevidade**, São Paulo, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://portaldoenvelhecimento.com.br/transparencia-so-nao-basta-e-necessario-ter-acessibilidade-a-informacao/>. Acesso em: 20 ago. 2026.

CARLITZ, Ruth. Improving transparency and accountability in the budget process: an assessment of recent initiatives. **Development Policy Review**, Oxford, v. 31, supl. 1, p. s49-s67, 2013. DOI: 10.1111/dpr.12019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dpr.12019>.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Glaucia S. Destro de. Os dilemas da democracia nos conselhos de idosos. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (org.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 517-535.

VITÓRIA. Conselho Municipal da Pessoa Idosa (COMID). **Ata da 186ª Reunião Ordinária**. Vitória, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://sistemas.vitoria.es.gov.br/docOficial/operacoes/exibirDocumento.cfm?cod=16940>. Acesso em: 20 ago. 2026.

VITÓRIA. Conselho Municipal da Pessoa Idosa (COMID). **Ata da 239ª Reunião Ordinária**. Vitória, 29 maio 2026. Disponível em: <https://sistemas.vitoria.es.gov.br/docOficial/operacoes/exibirDocumento.cfm?cod=28419>. Acesso em: 20 ago. 2026.

CUNHA, Augusto Cesar Soares da; MAFRA, Simone Caldas Tavares; TOSTA, Késia Silva. Protagonismo da pessoa idosa nos conselhos municipais de direito na Sedese Regional Muriaé-MG. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 3545-3605, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N1-199.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: população por idade e sexo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: pessoas idosas (60 anos ou mais de idade)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0c84737978791f626ea10b75eae18b3c.docx.

VITÓRIA. Lei nº 6.944, de 4 de junho de 2007. Cria o Conselho Municipal do Idoso - COMID e dá outras providências. **Prefeitura Municipal de Vitória**, Vitória, 4 jun. 2007. Disponível em: <https://sistemas.vitoria.es.gov.br/atosnormativos/arquivos/2007/L6944.PDF>. Acesso em: 20 ago. 2026.

VITÓRIA. Lei nº 8.609, de 27 de dezembro de 2013. Institui o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Vitória. **Câmara Municipal de Vitória**, Vitória, 27 dez. 2013. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L86092013.html?identificador=38003600340033003A004C00>. Acesso em: 20 ago. 2026.

VITÓRIA. Decreto nº 16.914, de 28 de dezembro de 2016. Regulamenta a Lei nº 8.609/2013, que instituiu o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Vitória. **Prefeitura Municipal de Vitória**, Vitória, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://sistemas.vitoria.es.gov.br/docOficial/operacoes/exibirDocumento.cfm?cod=11706>. Acesso em: 20 ago. 2026.

Data de recebimento: 30/08/2026; Data de aceite: 30/08/2026

Cícero Caldeira Belchior – Contador, cursando o mestrado em Ciências Contábeis na Fucape. Em paralelo atua no Ponto de Cultura Emparede (Vitória/ES). Artigo vinculado à pesquisa “Controle social e assimetria informacional nos Fundos da Pessoa Idosa: impedimentos documentais à vigilância orçamentária no COMID-Vitória/ES”, selecionada na 5ª edição do Edital Acadêmico de Pesquisa: Envelhecer com Futuro, realizado pelo Itaú Viver Mais em parceria com o Portal do Envelhecimento e Longevidade. E-mail: ccerob@gmail.com.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.